

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Jéssica Mariano de Campos

DESENVOLVIMENTO DA VIRTUDE JUSTIÇA EM ADOLESCENTES
DO ENSINO MÉDIO

RIO DE JANEIRO – RJ

2022

JÉSSICA MARIANO DE CAMPOS

DESENVOLVIMENTO DA VIRTUDE JUSTIÇA EM ADOLESCENTES
DO ENSINO MÉDIO

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito para obtenção do título em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Judith Sucupira da Costa Lins

RIO DE JANEIRO – RJ

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DESENVOLVIMENTO DA VIRTUDE JUSTIÇA EM ADOLESCENTES
DO ENSINO MÉDIO

Por

JÉSSICA MARIANO DE CAMPOS

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Judith Sucupira da Costa Lins

Examinadora: Prof^ª Dr^ª Irene Giambiagi

Examinador: Prof^º Dr^º Reuber Gerbassi Scofano

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Arides Mariano, que me incentiva e inspira a ser uma pessoa melhor, e às crianças em risco que são a razão da minha escolha pela área da educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua constante fidelidade.

À minha mãe, Arides, por ser minha mantenedora no início da graduação. Sem seu apoio e cuidado nada disso seria possível.

À minha orientadora, Maria Judith Sucupira da Costa Lins, que é uma professora admirável e comprometida. Obrigada por todo afeto, respeito e aprendizado.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa sobre Ética na Educação da Faculdade de Educação da UFRJ (GPEE/UFRJ), em especial, à Bruna Miranda por sua amizade além da universidade.

Ao Luís Eduardo Mariano Vidal, que me levou ao campus da Praia Vermelha e ao Fundão para concluir o processo de matrícula, abrindo mão de seu tempo e compromissos generosamente.

À Mônica Viana, por toda a luz enviada durante a escrita do presente trabalho.

O ser humano se exige como uma consciência individual simultaneamente à sua significação como ser que se organiza coletivamente. Todas as atividades de sua vida acontecem na tensão deste paradoxo, de modo que se torne possível uma identidade construída, a qual não lhe é oferecida nem imposta, mas algo resultante de sua ação particular e social. (SUCUPIRA LINS, 2009 p. 640)

RESUMO

A vivência em sociedade necessita de códigos morais para ser mantida. Filósofos analisam as culturas há séculos, e observam que para cada nova crise moral, novos arranjos éticos são elaborados para substituir os paradigmas anteriores. MacIntyre (2021), filósofo escocês contemporâneo, denuncia que as sociedades ocidentais apresentam uma *desordem moral*. Constata que, os valores das gerações passadas estão sendo abandonados na contemporaneidade, sem a apresentação de novos para substituí-los. A lacuna que surge é preenchida pelo *emotivismo*. O autor sugere a retomada das virtudes aristotélicas para a superação da desordem instaurada. A filosofia das virtudes de Aristóteles compreende que a felicidade, busca de todo ser humano, é alcançada pelo agir ético na interação social. O desenvolvimento moral é uma característica exclusiva do ser humano, mas não é inata. A moral é desenvolvida de forma gradual pela prática de virtudes. Durante a adolescência, período marcado por crises e construção da identidade, é preciso que haja o desenvolvimento de virtudes, sendo justiça uma delas. A escola tem a função social de, também, preparar a pessoa para o exercício da cidadania, que engloba a formação ética e moral. Os professores devem ter a intenção de auxiliar as crianças e os adolescentes na aquisição de virtudes. O problema desta pesquisa é como se realiza a aprendizagem da virtude justiça por adolescentes no Ensino Médio. A hipótese é a pergunta: é possível aos adolescentes do Ensino Médio desenvolverem a virtude da justiça por meio da intervenção positiva no ambiente escolar? O objetivo é proporcionar aos adolescentes de uma escola do Ensino Médio do Rio de Janeiro a organização do conceito da virtude justiça e sua vivência. A fundamentação teórica está na filosofia das virtudes de Aristóteles (séc. IV a.C., 2014); MacIntyre (2021); Piaget (1994), ao descrever a gênese do desenvolvimento moral; Erikson (1972), que estudou o adolescente, e a filosofia da educação de Sucupira Lins (2018, 2015b, 2014, 2009a, 2009b). A metodologia é o Método Sucupira Lins (2015a) de pesquisa-ação com maior comprometimento, desenvolvido especialmente para o campo educacional. A análise de Conteúdo de Bardin (2010) é utilizada para a categorização dos dados. O foco dessa pesquisa foi o desenvolvimento da virtude justiça em um grupo de 27 adolescentes ao longo dos três anos letivos do Ensino Médio, com idade entre 14 e 19 anos no início e 16 e 21 anos ao final da pesquisa. Os resultados mostram que eles conseguiram entender e vivenciar a virtude justiça com as propostas da pesquisa. Concluímos que os aspectos identificados apontam para a importância de ações educacionais intencionais que promovam o desenvolvimento ético no Ensino Médio. Sugerimos que pesquisas desse teor sejam continuadas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente; Justiça; Virtude; Identidade; Ensino Médio.

Sumário

1 Introdução.....	10
1.1 Problema.....	11
1.2 Hipótese.....	12
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 Objetivo geral.....	12
1.3.2 Objetivos específicos.....	12
1.4 Justificativa.....	13
1.5 Fundamentação teórica.....	15
1.6 Metodologia.....	19
2 O adolescente e a virtude justa.....	22
2.1 Personalidade e Adolescência.....	23
2.2 A virtude justiça.....	27
2.3 Formação ética e moral.....	29
3 A Pesquisa.....	35
3.1 Procedimentos.....	36
3.2 Análise dos dados.....	40
4 Conclusões e sugestões.....	48
5 Referências.....	51
6 Anexos.....	53
Anexo 1.....	53
Anexo 2.....	54
Anexo 3.....	55
Anexo 4.....	56

1 Introdução

Na introdução, é apresentada, brevemente, a relação entre adolescência e capacidade de compreensão da justiça como virtude.

1.1 Problema

Neste subcapítulo, é exposto o problema motriz da pesquisa que é a aprendizagem da virtude justiça por adolescentes no Ensino Médio.

1.2 Hipótese

Aqui, é questionada a possibilidade de compreensão e prática adequada da virtude justiça por parte dos adolescentes que estão cursando o Ensino Médio. Esta é a hipótese desta monografia.

1.3 Objetivo

Os objetivos desta pesquisa são estabelecidos neste subcapítulo.

1.4 Justificativa

Mostra a relevância do tema desta monografia, que é o entendimento de como ocorre o desenvolvimento da virtude justiça na prática diária de adolescentes. Essa pesquisa é original e oferece contribuições significativas para os educadores.

1.5 Fundamentação teórica

Explana o pensamento dos autores básicos que trazem elementos para a argumentação e a compreensão do problema, levando ao encaminhamento da pesquisa.

1.6 Metodologia

Detalha os passos da pesquisa. A observação e aplicação dos questionários seguem o Método de Pesquisa Ação com Maior Comprometimento, da Sucupira Lins (2015a), e a análise de dados é de acordo com Laurence Bardin (2010).

1 Introdução

Esta é uma pesquisa empírica que investiga a compreensão de justiça por adolescentes no Ensino Médio. A adolescência é observada de diversas formas de acordo com as culturas e os diferentes momentos históricos. Há características particulares que fazem com que esta fase seja ampliada ou reduzida, conforme tempos e locais. A Agência Senado publicou uma matéria com o título “Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens”, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrando que “23% da população entre 15 e 29 anos de idade, ou mais de 11 milhões de jovens, não estudam ou trabalham” (BRASIL, 2018). Essa informação mostra a necessidade de reflexão dos aspectos da adolescência, por isso é proposta a presente pesquisa. De forma intencional, por meio da educação, é possível intervir positivamente, a fim de orientar e auxiliar os adolescentes para que se compreendam e superem as crises.

A adolescência é o período entre a infância e a idade adulta em que o sujeito busca definir sua personalidade. Erikson (1972) estuda a construção da identidade, e verifica que nesse processo são estabelecidos os valores que balizam a vida da pessoa e a compreensão de si próprio. Atualmente a adolescência se apresenta como uma fase mais longa, devido às dificuldades próprias da época, tais como industrialização, entre outros fatores, porém os dados desse autor permanecem válidos. Crianças parecem se antecipar no início da puberdade, ao mesmo tempo em que há uma tardia superação, até que aconteça a entrada na vida adulta.

A formação da personalidade envolve uma multiplicidade de fatores pessoais e culturais, cuja estrutura deve possibilitar o desenvolvimento moral, que é o foco desta monografia. A partir da obra “Ética a Nicômaco”, de Aristóteles (séc. IV a.C., 2014), sabe-se que a capacidade da convivência harmônica e ética são construídas pela vivência das virtudes em sociedade. A capacidade de agir de forma justa não decorre naturalmente da maturação biológica. Especificamente, a virtude justiça, precisa de respeito mútuo e solidariedade entre os praticantes, características que, segundo Piaget (1994), dependem da maturação cognitiva.

Entende-se que a socialização aliada ao progresso cognitivo possibilita a compreensão e a prática da virtude justiça. A educação é um esforço intencional e afeta as três dimensões para produzir o desenvolvimento ético; as dimensões são: cognitiva, emocional e comportamental. Piaget (1973) destaca que o meio social possui um papel de extrema importância no desenvolvimento racional e moral, apesar de serem aspectos exclusivamente humanos, não são

inatos. Por isso, as trocas sociais e a intencionalidade da educação são pilares essenciais para o desenvolvimento integral humano. A partir das contribuições desses autores é possível articular a aquisição da virtude justiça e a relevância de sua vivência no ambiente escolar, pontos importantes desta pesquisa.

A presente monografia resulta de uma pesquisa empírica para analisar a compreensão de justiça dos adolescentes no Ensino Médio em uma escola assistencial, não governamental, do Rio de Janeiro. A motivação para a realização deste trabalho se deu a partir da participação no Grupo de Pesquisa sobre Ética e Educação (GPÉE), coordenado pela Profa. Dra. Maria Judith Sucupira Lins. O interesse é analisar os adolescentes, com um recorte da compreensão de justiça por ser uma virtude estruturada por capacidades cognitivas, emocionais e sociais que começam a ser alcançadas nesta etapa da vida. Ainda em campo, foi notado que os termos justo e injusto estão presentes no cotidiano dos alunos. Atentou-se então para o que apareceria nos dados coletados. A questão “o que eles entendem por justiça?” foi examinada e respondida ao longo deste trabalho. Analisa-se se com os estímulos adequados e a vivência da prática de atos justos, os adolescentes são capazes de aprender a justiça enquanto virtude. As respostas dos alunos anotadas nos questionários e na entrevista são os marcadores para entender o que é compreendido por justiça em cada ano da pesquisa.

1.1 Problema

O problema motivador, que instiga e exige pesquisas para sua solução, é o seguinte: Como é possível a realização da aprendizagem da virtude Justiça por adolescentes que frequentam o Ensino Médio.

1.2 Hipótese

A faixa etária exata dos sujeitos que estão na adolescência não é determinada de modo unânime entre os estudiosos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, define adolescência como o tempo de vida entre os 12 e os 18 anos de idade. Em seu artigo segundo afirma: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade” (BRASIL,1990), enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946) a define dos dez aos 19 anos completos. Erikson (1972), que observa detalhadamente esse período da vida situado entre a infância e a vida adulta, em que o sujeito constrói sua identidade por meio da superação de crises essenciais para sua formação, também considera a adolescência entre os 12 e os 18 anos de idade.

A hipótese é a seguinte: É possível aos adolescentes do Ensino Médio desenvolverem a virtude da justiça por meio da intervenção positiva no ambiente escolar?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral é proporcionar aos adolescentes de uma escola semifilantrópica do Ensino Médio do Rio de Janeiro a organização do conceito da virtude justiça e sua vivência.

1.3.2 Objetivos específicos

- 1) Analisar o conceito da virtude justiça expresso pelos adolescentes;
- 2) Propiciar aos adolescentes de uma escola semifilantrópica de Ensino Médio do Rio de Janeiro o desenvolvimento da virtude justiça.

1.4 Justificativa

O problema, que se tornou o tema desta pesquisa, tem relevância, em primeiro lugar, porque é fundamental para a vida das pessoas na sociedade que todos pratiquem a justiça. Acrescente-se que justiça é um dos quatro tópicos básicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997). A justiça é apresentada como um dos princípios essenciais para a formação ética nesse documento. Sousa (2018), ao analisar os PCNs, nota que apesar desta legislação pontuar duas dimensões de justiça, a legal e a ética, há ausência de aprofundamento e explicação em suas definições, encontrando-se ênfase apenas nos aspectos legais. A autora evidencia a necessidade da reflexão dessa virtude a partir do campo educacional.

De modo coerente, Lima (2010) já havia trabalhado tanto o conceito de justiça como suas possibilidades concretas na escola, focando, no entanto, a aprendizagem dessa virtude por meio de produção de textos. Destaca a possibilidade da compreensão de justiça como virtude em detrimento de atitudes emotivas, a partir de debates e leituras. Esta monografia tem originalidade por avançar em outra direção, pesquisando o desenvolvimento da virtude justiça em alunos cursando o Ensino Médio durante os três anos letivos desse segmento do sistema escolar brasileiro. Erikson (1972), ao analisar a construção da identidade da pessoa, explica que apesar de se pensar que o início da adolescência seja um fenômeno marcado pelo início da puberdade, há influência das culturas que acrescentam outros elementos como marcadores. O processo de formação da identidade, que acontece principalmente nessa etapa, é uma construção do sujeito na sociedade na qual está inserido.

Nessa fase, o adolescente é capaz de questionar os valores que lhe são apresentados. Por isso é importante que as virtudes sejam vivenciadas, para que eles tenham o conhecimento da ética. Segundo Piaget (1994), a capacidade de compreender o que é justiça se inicia com o período das operações concretas e se aprimora no final da adolescência. Para que uma pessoa desenvolva uma identidade ética, é preciso que haja um amadurecimento cognitivo e social, tal como as pesquisas de Piaget (1994 e 1973) apontam. Anteriormente, Aristóteles (séc. IV a.C., 2014) já havia ensinado que não se nasce com as virtudes, e por isso, o sujeito precisa vivenciá-las para desenvolvê-las por meio do *habitus*, que ao contrário do hábito, explicado pelas teorias de condicionamento, não é um comportamento mecânico nem automático, mas uma incorporação consciente e que acontece por meio da vontade e da razão.

A justiça é importante para a pessoa em si mesma e sua inserção na sociedade. Os adolescentes, que estão em fase da tomada de consciência de si e construindo a identidade, precisam vivenciar as virtudes. É relevante estudar como a justiça, foco desta pesquisa, pode ser compreendida por eles e se é possível que a aprendam e pratiquem como virtude.

Sucupira Lins (2009a, p.5) explica que “Ninguém nasce ético. A criança precisa aprender ética não porque é ou será um filósofo, mas porque é e será um cidadão”. A ideia de reflexão ética e moralidade não é uma atividade com finalidade em si mesma. Sua relevância se deve ao fato de ser uma exigência pessoal e social. Considerando que a pessoa não aprende a ser ética ou moral isoladamente, é preciso observar as interações que podem promover essa educação. A autora ressalta que:

Enquanto a personalidade está em formação é possível que a vivência de virtudes produza a reflexão moral, e o ambiente educacional deve proporcionar recursos para a formação integral do sujeito, a fim de que este se sinta pertencente à sociedade e possa se constituir como pessoa. (SUCUPIRA LINS, 2009a, p. 10).

Sendo a escola um espaço de diversas culturas e realidades, é imprescindível que valores essenciais para a harmonia social sejam apresentados. De acordo com a carta magna brasileira, a Constituição Federal de 1988, o desenvolvimento ético, que faz parte de um conjunto de preocupações para o aperfeiçoamento da pessoa, deve ser garantido para que ocorra o desenvolvimento pleno da pessoa. O artigo 205 estabelece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Entende-se, desse modo, que a Educação Básica deve incluir a questão ética. A partir do que está estabelecido na Constituição Federal de 1988, a escolha do problema referente ao desenvolvimento ético, no caso, da virtude justiça, é fundamental pelo direito dos alunos à oportunidade de se desenvolverem em todas as áreas.

Apesar de todas as razões apresentadas que mostram a relevância do tema, há poucas pesquisas específicas relacionando a virtude justiça às práticas educativas. No acervo Pantheon, Repositório Institucional da UFRJ, foram encontradas apenas duas pesquisas monográficas que

estudam Ética e Ensino Médio, e nenhuma pesquisa quanto ao desenvolvimento da virtude Justiça com ênfase na adolescência.

1.5 Fundamentação teórica

A fundamentação teórica desta pesquisa é constituída pela filosofia das virtudes de Aristóteles (séc. IV a.C., 2014); MacIntyre (2021), filósofo escocês, que propõe a retomada das virtudes aristotélicas como solução para o estado de *Desordem Moral* verificada nas sociedades modernas, resultante do *emotivismo*; as contribuições de Piaget (1994), ao descrever a gênese do desenvolvimento moral; de Erikson (1972), que desenvolveu um profundo estudo da aquisição da identidade pelo adolescente e a filosofia da educação estabelecida por Sucupira Lins (2018, 2015b, 2014, 2009a, 2009b), que possibilita a compreensão da formação ética e moral e, principalmente, o papel da educação nestes processos.

Para a presente monografia, antecedendo a parte empírica, foi realizada uma revisão bibliográfica referente à virtude justiça. A definição da virtude justiça escolhida encontra-se na obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles (séc. IV a.C., 2014,). O filósofo conceitua a virtude justiça com as seguintes palavras: “estado que torna os indivíduos predispostos a realizar atos justos e que os faz agir justamente e desejar aqueles atos” (ARISTÓTELES, 2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.1:1129a1). Para o estagirita, a justiça é não só o centro, como a soma de todas as virtudes.

Compreendendo a filosofia das virtudes de Aristóteles, MacIntyre (2021) a retoma examinando as características da contemporaneidade. Observa que há uma *Desordem Moral*, fenômeno social resultante do *emotivismo*, nas culturas ao final do século XX, época em que escreveu seu tratado sobre as virtudes. Essa característica social permanece e torna complexa a distinção entre adequado ou inadequado. Define *emotivismo* da seguinte maneira:

doutrina segundo a qual todos os juízos valorativos e, mais especificamente, todos os julgamentos valorativos e, mais especificamente, todos os julgamentos morais *não são senão* expressões de preferências, expressões de pontos de vista e sentimentos ou atitudes, na medida em que são morais ou valorativas em seu caráter. de caráter moral e valorativo (MACINTYRE, 2021, p. 39).

O autor estuda as sociedades modernas ocidentais, e constata que há ausência de definições morais estabelecidas para a orientação das ações pessoais, e substituição da ética pelo próprio desejo nas tomadas de decisões. A ética tem perdido a conotação própria, de modo que pesquisas como a presente são exigidas para que haja a educação das virtudes.

Retomando a perspectiva aristotélica de virtudes para o ressurgimento da prática das virtudes na atualidade, MacIntyre (2021, p. 370) alerta que: “grande parte da moralidade moderna é inteligível apenas como um conjunto de sobreviventes fragmentados dessa tradição”. Essa fragilidade torna imprescindível a retomada consciente das virtudes e valores. O filósofo analisa ainda que a política moderna expressa uma rejeição sistemática do pensamento aristotélico, o que amplia os atritos no convívio social e revela a impossibilidade de consenso. A vivência das virtudes diminui os conflitos pelo uso da razão para a tomada de decisão adequada. Para ser ético e virtuoso é preciso agir de forma intencional e a partir do paradigma das virtudes. A justiça é um demarcador relevante para a verificação da formação da identidade ética, por demandar vontade, consciência e reconhecimento do valor e merecimento dos envolvidos. Considerando as contribuições de MacIntyre (2021) e Aristóteles (séc. IV a.C., 2014), é nítida a relevância da prática das virtudes para o desenvolvimento ético da pessoa e a manutenção da sociedade.

O epistemólogo suíço Piaget (1994, 1984, 1973) aborda o desenvolvimento da moral, considerando a socialização desde a infância como algo fundamental para a construção de uma moral autônoma. Sua pesquisa empírica realizada com diferentes crianças (sujeitos entre 2 e 12 anos) aponta para a necessidade da experiência prática de atos de justiça, entre outras virtudes. Descreve três estágios de desenvolvimento moral:

- 1) Anomia: não há reconhecimento das leis e o egocentrismo domina todas as ações;
- 2) Heteronomia: é o início do cumprimento das leis e sua aceitação como algo superior externo. Existe a interiorização das regras;
- 3) Autonomia: as ações acontecem de acordo com a consciência moral do sujeito. Há entendimento da importância de agir considerando os parâmetros éticos.

O autor identifica dois movimentos internos que diferenciam a Heteronomia da Autonomia. O primeiro compreende a prática da regra mediante a ordem proveniente do meio externo. O comportamento consiste em cumpri-la sem o pleno entendimento da razão disso. Não há

questionamento referente à finalidade da regra. A prática pode ser efetivada também pela cópia do comportamento de outras pessoas. No segundo movimento, existe a consciência moral da regra que permite o respeito ao princípio ético. A autonomia se expressa na capacidade de entender a importância da regra e de segui-la. Além disso, ocorre a possibilidade de reformular as regras estabelecidas depois da análise crítica.

Os estudos de Piaget (1973) indicam que o meio social é de extrema importância para o desenvolvimento moral. Por meio da educação, formal e informal, as virtudes são aprendidas, os comportamentos são formados e a adaptação social acontece de acordo com a maturidade intelectual e moral do sujeito. A *desordem moral*, já explicada acima, dificulta esse processo, e muitos adultos podem ter o desenvolvimento moral entre a anomia (ignorando a importância da regra e o valor dos princípios éticos) e heteronomia (cumprindo as regras somente para evitar punições, sem compreender o motivo), por não terem alcançado a autonomia. Há adultos e adolescentes que não conseguem aceitar que há regras sociais, e agem de forma egocêntrica, que é uma característica das crianças no período pré-operatório (2-7 anos). Outros não tentam entender a razão de leis e acordos, apenas os cumprem.

Erikson (1987, 1972), pesquisador que analisa todas as fases da vida com ênfase na adolescência, nomeia o período entre 12 e 18 anos com o seguinte título: “Identidade x Confusão de Identidade”. Este é o quinto estágio que descreve em sua teoria. A adolescência é marcada por diversas mudanças concernentes à construção da identidade. O adolescente começa a estabelecer sua moral individual tendo como referência a moral do grupo. Ressalta-se que apesar da capacidade de reflexão e reprodução de discursos referentes ao Bem Comum e a outros ideais, o adolescente tende a não se colocar como praticante da ação defendida, ou seja, não diferencia o discurso do comportamento.

Por ser um período de formação da personalidade, a adolescência envolve busca pela aprovação entre os pares, pertencimento e definição do papel social. A crise vivenciada nessa fase é essencial para o alcance da maturidade e a formação da identidade, que é a principal aquisição da adolescência. Erikson (1986) reconhece que as análises podem ser realizadas em escala social ou grupal, mas afirma a importância em analisar as características individuais. O autor compreende que a construção da identidade é um processo pessoal, apesar de reconhecer a importância da participação de todas as instâncias sociais.

Educar para a Maturidade Ética e a Identidade Moral na concepção da filósofa educadora Sucupira Lins (2009, p. 639), é uma das funções, também, da escola. Ambas as construções exigem

o autoconhecimento e a consciência de comportamentos. São características não inatas que podem ser desenvolvidas por meio da educação. A autora explica que “a Identidade Moral depende do que acontece na prática pedagógica, do que a escola pode oferecer em complementação à educação iniciada, e continuada, na família e pela família.”. Essa afirmativa evidencia o impacto da vivência escolar sobre os adolescentes nesse processo. Explica ainda que os educadores devem estar atentos ao impacto da autonomia da pessoa na sociedade, e a função social na construção de valores desses sujeitos:

os educadores devem se preocupar com os mecanismos de trocas na sociedade, que são necessários para a conservação dos valores morais cujo papel fundamental é assegurar o equilíbrio social, que é a tendência mais profunda da atividade humana. A racionalidade, adquirida pelo indivíduo a partir da obtenção da autonomia moral, exprime as formas superiores desse equilíbrio, que reúne a inteligência e a afetividade (PERINI, T & SUCUPIRA LINS, M. J.C. 2017, p. 10)

A Educação não compreende apenas os aspectos cognitivos das crianças e dos adolescentes, mas abrange todas as facetas da pessoa humana, sejam psicológicas, socioculturais, biológicas, afetivas e quaisquer outras. A interdependência social, de elementos na constituição do ser humano, faz com que a escola seja um espaço rico para o desenvolvimento integral da pessoa.

1.6 Metodologia

O Método Sucupira-Lins (S-L) (2015a), caracterizado por exigir maior comprometimento e intervenção positiva, observa os sujeitos da pesquisa continuamente, requerendo total dedicação do pesquisador. Essa característica do Método S-L o torna adequado para pesquisas qualitativas em pequenos grupos, pesquisa-ação, pesquisa participativa, notadamente no campo da Educação e da Ética. Exige, como indica o título, o comprometimento e a participação responsável do pesquisador. O Método S-L orienta o comportamento do pesquisador em todas as suas ações durante a pesquisa. Provoca reflexões nos pesquisandos a partir de interrogações, conversas informais, questionários, entrevistas semiestruturadas e vivência ética, principalmente pelo comportamento do pesquisador.

Na explicação do Método Sucupira-Lins (2015a, p.58), lê-se que “o rigor da pesquisa é mantido quando o pesquisador está consciente de sua função e compromete-se, realmente, com a sua tarefa”. Essa preocupação é de grande validade, pois para que a observação funcione, o pesquisador precisa ter uma formação ética, que o impele a se preocupar com os alunos neste sentido, e tratar os dilemas do cotidiano e as perguntas dos alunos conforme as virtudes.

Vinte e sete alunos foram acompanhados durante os três anos do Ensino Médio, em uma escola semifilantrópica, na cidade do Rio de Janeiro. A faixa etária foi entre 14 e 19 anos no início e 16 e 21 anos ao final da pesquisa. O questionário e as entrevistas foram elaborados cuidadosamente, considerando as potencialidades dos adolescentes. Todas as etapas previstas pelo Método S-L foram adotadas nesta pesquisa. As intervenções aconteceram de três formas:

- 1) A promoção da virtude justiça por meio do comportamento justo da pesquisadora;
- 2) Observação das atitudes dos adolescentes seguida de comentários para que pudessem perceber seus comportamentos, levando-os à reflexão;
- 3) Pedido de conceituação da virtude justiça;
- 4) Aplicação de questionários e uso de entrevistas semiestruturadas para a sistematização do que entendiam por justiça.

A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH), teve todas as ações organizadas e fundamentadas no respeito aos sujeitos da pesquisa. O acompanhamento realizado foi classificado como de risco mínimo, não

comprometendo a integridade, fatores cognitivos ou psicológicos dos adolescentes. Houve interação e intervenção que proporcionaram o melhor conhecimento dos sujeitos da pesquisa, quanto à sua individualidade e também no que se refere aos aspectos sociais.

Os alunos escreveram em três momentos seus conceitos de justiça (2017, 2018 e 2019). Para a interpretação dos dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo qualitativa apresentada por Bardin (2010, p. 30), que consiste em um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Considera-se que este é um instrumento de grande recurso. A leitura flutuante, que é uma das etapas do método de Análise de Conteúdo, foi aplicada, também, na leitura do diário de campo. Essa técnica possibilitou a compreensão inicial de mudanças significativas no comportamento e falas dos alunos. A pré-análise consiste no primeiro contato com o material a ser explorado, a fim de evidenciar indicadores que possam auxiliar a formulação de hipóteses e possível organização do material.

2 O Adolescente e a Virtude Justiça

No segundo capítulo desta pesquisa empírica, são relacionados os aspectos da adolescência e da virtude justiça, ambos aprofundados em subcapítulos específicos. As características da adolescência são explicadas de acordo com as descrições de Erikson (1972); a definição de justiça é a que foi apresentada por Aristóteles (séc. IV a.C., 2014); o problema da ausência de virtudes na sociedade está apontado por MacIntyre (2021); o desenvolvimento moral é utilizado conforme a pesquisa de Piaget (1994) e as questões da educação seguem a filosofia elaborada por Sucupira Lins (2018, 2014, 2015b, 2009a, 2009b).

2.1 Personalidade e Adolescência

Apresentação da construção da personalidade nessa etapa da vida.

2.2 A virtude justiça

Explicação da virtude justiça a partir da filosofia das virtudes de Aristóteles.

2.3 Formação ética e moral

Descrição do desenvolvimento moral e a capacidade de agir de forma justa dos adolescentes.

2 O adolescente e a virtude justiça

O conceito de justiça é amplamente estudado por filósofos e psicólogos na contemporaneidade. Entretanto, essa característica foge à área da educação, como constatado pela busca no acervo Pantheon. A compreensão do desenvolvimento dessa virtude não se restringe a nenhuma das áreas que mais têm buscado a compreensão e a atualização do tema. Não é algo exclusivo para a reflexão da filosofia ou ao comportamento e subjetividade da pessoa. A justiça é uma virtude que requer o comportamento consciente e com a motivação correta. Envolve a razão, a vontade, a liberdade, o comportamento e a convivência social.

Atentando-se a essas complexidades, a educação, área intrínseca à essência da pessoa e aos processos de formação, é o principal campo para analisar as características da pessoa em diferentes fases da vida, as inter-relações e as abordagens que podem ser utilizadas para auxiliar o desenvolvimento humano para a aquisição desta virtude. É preciso ir além da observação, e a educação promove meios para garantir a aquisição, a aprendizagem real e prática da Justiça. Há elementos fundamentais, tais como a equidade, que é uma das características da virtude justiça, a qual prevê a distribuição proporcional. Para que isso aconteça é preciso analisar a necessidade de cada um dos envolvidos. A pessoa vive a experiência da justiça de modos diferentes, conforme suas capacidades em cada fase da vida. O adolescente possui um raciocínio que lhe possibilita fazer a análise de forma abstrata. Nessa fase, a pessoa não precisa de exemplos concretos para auxiliar na reflexão, porque, em princípio, está vivendo o período lógico-formal. Sua estrutura cognitiva lhe fornece condições para a análise crítica das situações. O grupo observado dizia regularmente que determinados posicionamentos eram injustos no dia a dia, mas, na verdade, essas denúncias corriqueiras não passavam da manifestação de suas insatisfações típicas da adolescência. Por exemplo, a turma deixou de receber uma atividade esportiva extracurricular no último ano de observação e último ano do Ensino Médio, pois cumpriria, a partir daquele ano, principalmente, atividades voltadas para o exame vestibular. Um grupo de alunos reclamou até agosto daquele ano que era uma injustiça a suspensão da atividade esportiva de caráter gratuito, embora estivesse sendo substituída para a aplicação de outra, que atenderia melhor à necessidade da turma naquele momento. Aristóteles (2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.11:1138b1) explica que essa característica do jovem o torna inadequado para cuidar das decisões que envolvem a sociedade, “suas paixões” o impedem de analisar as situações com imparcialidade. Observando, de forma geral, os comportamentos dos seres humanos, o filósofo aponta conforme referência acima: “o que leva as

pessoas, inclusive, a supor que exista a injustiça contra si mesmo, uma vez que essas [partes] podem sofrer contrariedade nos seus próprios desejos”. Desenvolver a virtude justiça só é possível quando o egocentrismo é controlado. Em contrapartida, os mesmos adolescentes demonstraram sua insatisfação com a estrutura social de forma positiva. Quando questionados sobre coisas de que não gostam na sociedade, dez responderam usando o termo preconceito, quatro disseram violência e desrespeito, três destacaram injustiça, e dois alunos replicaram intolerância e desonestidade. Apesar de não conseguirem compreender a justiça no cotidiano e a exemplificá-la em 2019, a concepção ética para uma sociedade justa estava em andamento de acordo com as respostas a partir de 2017.

A adolescência é a fase da vida repleta de possibilidades, experimentos, aprendizagem e autonomia. Pela complexidade da virtude justiça, a capacidade de desenvolvê-la plenamente só pode ser alcançada a partir da adolescência.

2.1 Personalidade e Adolescência

De acordo com Erikson (1972), na adolescência ocorre a construção de uma escala de valores, princípios que guiam as escolhas e os comportamentos da pessoa. Essa fase é um período comum de rebeldia. Isso porque o sujeito com capacidade cognitiva de abstração e reflexão se opõe às regras, elaborando hipóteses e argumentos para debatê-las e solucionar os problemas gerais.

O adolescente utiliza sua energia para se afastar das pressões externas oriundas dos pais e de outras figuras de autoridade. Essa característica, comumente, faz o adolescente se apresentar agressivamente. O distanciamento permite que ele fortaleça gradualmente sua personalidade, reafirmando-se como alguém distinto de seus responsáveis.

Apesar dessas afirmativas no primeiro momento soarem como algo negativo, Erikson (1972, p. 163) explica que “a adolescência não é uma doença, mas uma crise normativa, isto é, uma fase normal de crescente conflito, caracterizada por uma aparente flutuação da robustez do ego, assim como por um alto potencial de crescimento”. O adolescente briga por seu crescimento, e não contra as autoridades. Nesse sentido, a agressividade e a recusa ao oferecido como possibilidade pelos

predecessores, são aspectos comuns nessa etapa da vida. Esse ‘conflito interno’ é essencial para a maturação da personalidade. Por isso, a fase pode ser permeada por problemas comportamentais e inconstâncias, considerando ainda que a pessoa busca algo pelo qual se comprometer. O adolescente precisa equilibrar essas questões com outras preocupações, entre elas, como é percebido por seus pares e a qual carreira se dedicará. É preciso reconhecer os aspectos exclusivos da crise da adolescência e pensar nas ações de ensino que podem auxiliar e orientar os sujeitos nessa etapa complexa da vida. Ética é uma das aprendizagens mais necessárias que deve se consolidar nessa fase.

Há dois fatores que acentuam o comportamento rebelde na adolescência. O primeiro é a resistência às regras, gerada pela capacidade de pensar em outras possibilidades e acordos. O segundo é a tentativa de autoproteção, pois o adolescente está passando por diversas crises para compreender sua pessoa e seu papel social. De forma inconsciente, recusa as informações e os valores apresentados pelas autoridades na tentativa de se definir como uma pessoa diferente deles. A rebeldia adolescente é a tentativa de se descobrir explorando possibilidades de posicionamento enquanto forma a identidade. Deste modo,

se um jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiram desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que se encontra nos animais que são forçados, subitamente, a defender a própria vida. Pois de fato na selva social da existência humana, não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade (ERIKSON, 1972, p. 130).

Enquanto o adolescente vivencia e supera os conflitos, constrói sua personalidade, pelas perdas e crises superadas. A palavra personalidade se origina, etimologicamente, no termo *persona* do latim que significa máscara, com referência às máscaras utilizadas no teatro. Martins (2004) afirma que a personalidade é definida na relação do indivíduo com o mundo. De acordo com esse autor, todas as pessoas precisam de uma máscara para a interação social. Allport (1966, p. 50), um dos pioneiros nos estudos da personalidade, a explica como “a organização dinâmica, no indivíduo, dos sistemas psicofísicos que determinam seu comportamento e seus pensamentos característicos”. O dinamismo é proporcionado por peculiaridades de cada sujeito e possibilita que cada personalidade seja singular, apesar de ser desenvolvida e sustentada por características ontológicas similares.

Em sua teoria, a personalidade é sustentada a partir de três traços básicos:

- 1) Traços centrais, que compreendem as características fundamentais da pessoa, constituindo a base da personalidade;
- 2) Traço cardeal, que é uma característica única determinante do perfil da pessoa;
- 3) Traços secundários, que influenciam menos o comportamento cotidiano e definem as preferências por atividades e estilo de vida.

O autor reconhece que as experiências da infância e as atuais interferem em como os traços transparecem na personalidade, mas reforça a importância da consciência e os impactos imediatos das experiências do presente nos diferentes contextos que podem ser vivenciados. Apesar dos traços, de modo geral, serem similares a todas as pessoas, há algo único em cada sujeito que torna sua personalidade exclusiva. A personalidade pode ser definida em concomitância ao final da adolescência. Quando o sujeito desenvolve a identidade é porque já definiu sua personalidade, valores e papel social.

Passemos à análise da crise (conflitos internos) vivenciada. Quando a crise da adolescência é superada de forma adequada, configura um dos integrantes que resulta na formação da identidade da pessoa pelo adolescente. A construção da identidade é gradual e, por vezes, dolorosa porque o adolescente precisa lidar com as pressões externas. A crise que leva a essa aquisição é normativa e composta por conflitos internos que geram sentimento de confusão. Os sujeitos não conseguem expressar facilmente o que sentem, ou mesmo entender a real motivação de seus atos durante esse processo. Quando as crises são superadas adequadamente, o jovem adulto é capaz de se comprometer com ideais e seguir os princípios éticos com perseverança em diversas áreas da vida.

À medida que a identidade é solidificada, há o comprometimento com objetivos e a construção de uma escala de valores que guiarão as escolhas da pessoa. Alcançar a compreensão de si a ponto de não necessitar do reforço de outras pessoas é uma das características da formação da identidade. A satisfação existencial depende dessa competência, e o sujeito só é capaz de se construir na interação social. A filósofa e educadora Sucupira Lins explica:

A identidade de uma pessoa pode ser entendida como o efeito visível de toda a sua vida psíquica, desde a mais tenra infância até aquela etapa em que se olha no interior de si mesmo, toma consciência de quem é na realidade e se verifica único diante do outro. Esta separação, que não significa isolamento, pois só será possível pela interação social, demonstra a conclusão de todo um processo de construção psíquica para no qual a prática pedagógica exerce um papel fundamental. (SUCUPIRA LINS, 2009, p. 640).

A construção da identidade é a atividade psicossocial mais importante da adolescência. Para que a pessoa consiga se definir e se compreender na sociedade, necessita da construção de sua personalidade. Uma característica ocidental crescente nas últimas décadas e apontada por Erikson (1972) é o aumento da média de tempo para a construção da identidade devido ao ciclo de estudo e às complexidades do mundo atual. O jovem tem levado mais tempo para alcançar a independência e exercer seu papel social, tornando-se adulto cada vez mais tarde.

No processo de formação da pessoa, o jovem considera: a escala de valores recém-estruturada, sua preocupação em como é visto pela sociedade e a concepção que tem de si, características que ainda podem estar em desordem. Reconhecendo os perigos das incertezas internas, Erikson (1972, p. 134) explica a responsabilidade geral da sociedade: “a democracia deve apresentar aos seus adolescentes ideais que possam ser compartilhados por jovens de muitos antecedentes e formações, e que enfatizem a autonomia na forma de independência e a iniciativa na forma de trabalho construtivo”. Apesar da atribuição dos adultos no processo de maturação da geração mais nova, os adolescentes não são passivos nesse processo. São os protagonistas das mudanças e escolhem como lidar a partir do que lhes é apresentado pela sociedade. O referido autor explica:

A adolescência é, pois, um regenerador vital no processo de evolução social, pois a juventude pode oferecer suas lealdades e energias tanto à conservação daquilo que continua achando verdadeiro como a correção revolucionária do que perdeu o seu significado regenerador. (ERIKSON, 1972, p. 134).

Com a superação da crise, o jovem adulto terá a concepção total de si, seus valores e direções que deseja seguir pela vida. A aprendizagem das virtudes tem um papel preponderante nesse processo.

2.2 A virtude justiça

A virtude justiça, de acordo com Aristóteles (2014, séc. IV a.C.), similar às outras virtudes, é um *habitus* adquirido pela experiência na vida, cuja prática depende de um ato volitivo. No injusto, estado oposto ao justo, há ganância, o ilegal e o desigual. Por isso o referido filósofo afirma que, “o justo, portanto, significa o legal e o igual ou equitativo” (ARISTÓTELES, 2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.1:1129b1). Explicando a virtude justiça, propõe a separação dela em dois grandes grupos: Justiça universal (aspectos voltados para o bem comum e a sociedade) e Justiça particular (capacidade do sujeito considerar e buscar a igualdade proporcional nas trocas e distribuições). Nessa concepção, a justiça promove harmonia em todas as situações que necessitam de equilíbrio. A capacidade de compreender justiça como virtude é resultado da construção de valores. A prática das virtudes é indispensável, pois não é apenas uma atividade cognitiva. A concepção adequada das virtudes possibilita intencionalidade voltada para o bem comum nas ações. As virtudes ocorrem à medida que o desenvolvimento da criança e do adolescente possibilita a descentralização do eu.

Aristóteles (ARISTÓTELES, 2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.1:1129b1) explica ainda que, a verdadeira justiça não se resume ao cumprimento das leis civis, ele ressalta que “todas as promulgações da lei objetivam ou o interesse comum de todos, ou o dos mais excelentes, ou o dos que detêm o poder”. Antes o “justo significa aquilo que produz e preserva a felicidade e as partes componentes desta da comunidade política”. Isso se “a lei houver sido corretamente [produzida e] promulgada, e não tanto assim se foi produzida a esmo”. Ressalta ainda que a impossibilidade de exercer a justiça isoladamente caracteriza sua perfeição como virtude, destacando que por vezes a pessoa pode ser virtuosa quando analisada em seus assuntos particulares, mas não na vivência social, o que desconfigura a finalidade do agir ético, que de acordo com o estagirita, é a felicidade pela promoção do Bem Comum. Observe-se abaixo o que ensina o filósofo clássico referente a este assunto:

sendo também sua perfeição explicada pelo fato de seu possuidor poder praticá-la dirigindo-se aos outros e não apenas praticá-la isoladamente; com efeito, há muitos que são capazes de praticar a virtude nos seus próprios assuntos privados, mas são incapazes de fazê-lo em suas relações com outrem. (ARISTÓTELES, 2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.1:1129b1).

A compreensão de Justiça, para este filósofo, engloba três aspectos distintos para que possa ser aplicável em todas as esferas da vida social. São eles: distribuição, correção, comutação. O filósofo introduz justiça como o estado oposto à injustiça. É um estado que promove a predisposição para a prática de atos justos. Na prática, os critérios de distribuição dos bens de cada sociedade, devem levar em consideração as qualidades pessoais do destinatário. Dessa forma, é justo tratar de forma diferenciada os que são diferentes. As pessoas não são iguais, portanto a porção que cada um necessita é diferente. Ou seja, a justiça é equitativa. Quanto às punições, Aristóteles (2014, séc. IV a.C.) entende que é justo que o transgressor padeça de algo proporcional à transgressão. Não o mesmo mal, mas a punição justa ao feito. Nas trocas voluntárias (comércio e prestação de serviço) a reciprocidade deve ser fundada na proporção. A igualdade absoluta não é uma medida necessária.

Para que as ações sejam compreendidas como justas ou injustas, é preciso que haja intenção de realizá-las. Aristóteles (2014, séc. IV a.C., livro 5 cap.8:1134b1) explica: “se alguém realiza involuntariamente, não age injusta ou justamente, salvo incidentalmente” e a verdadeira justiça tem ciência da “pessoa que sofre a ação, instrumento empregado na ação e o resultado a ser atingido”. O ato involuntário é realizado na ignorância, falta de controle ou ainda sob coação. Aristóteles (séc. IV a.C., 2014) diferencia atos justos e atos de justiça. O ato justo compreende a moral, é o cumprimento do acordo de cada sociedade que é sujeito a mutações; enquanto o ato de justiça é realizado para a promoção da felicidade e bem comum. O ato de justiça requer o comprometimento com valores, intenção em fazê-lo considerando as outras pessoas envolvidas e constante autoanálise. Apenas as pessoas que estão construindo ou construíram sua identidade são capazes de realizá-lo. Vivenciar a ética durante a formação da personalidade possibilita ao sujeito comparar realidades, hipóteses e refletir quais comportamentos e valores farão parte de sua identidade. O contato com diferentes valores na sociedade é a característica que possibilita a aquisição das virtudes, mudanças comportamentais e a construção de uma escala de valores.

2.3 Formação ética e moral

Para a construção de uma identidade ética é essencial o conhecimento de valores que serão experimentados no cotidiano pelos adolescentes, e questionados até que ocorra a compreensão da importância deles. Erikson (1972) insiste que é dever da geração mais velha introduzir esses valores à nova geração. No entanto, MacIntyre (2021) adverte que os valores da geração mais velha estão sendo colocados de lado na contemporaneidade, e não há o estabelecimento de novos princípios sólidos e esclarecidos para ocupar esses espaços. Isso dificulta a construção de uma identidade ética, pela sublimação de valores com os quais se comprometer. Atentando-se para essa característica, é preciso que as instituições de ensino possibilitem a formação ética para o exercício da plena cidadania (BRASIL, 1988). A filosofia da educação proposta por Sucupira Lins (2018, 2014, 2015b, 2009a, 2009b) discute a educação sistemática, que deve ter essa intencionalidade, a partir do respeito à pessoa e do reconhecimento das mudanças sociais e culturais ocorridas:

Enfatizamos a educação como aquela atividade exercida com a finalidade de proporcionar à criança e ao jovem o seu desenvolvimento integral, a sua plenitude como pessoa. Essa não tinha sido a concepção entre os povos antigos, por mais celebradas que sejam as suas civilizações, com as conquistas e avanços artísticos e científicos. (SUCUPIRA LINS, 2018, p. 500).

Sucupira Lins (2014) compreende que os aspectos social, afetivo, cognitivo e moral devem ser desenvolvidos pela educação, visando à formação plena do sujeito.

Investigando a construção de valores em adolescentes, Godoy (2015, p. 401) destaca que “os valores morais de uma sociedade podem ser substituídos por outros valores morais, mas podem também ser substituídos por valores contrários à ética, como em casos mais extremos de radicalismos políticos”. Portanto, a formação ética e moral são questões sociais. Diante das mudanças ocorridas na adolescência que resultam na formação da personalidade, é essencial que os sujeitos nessa etapa da vida vivenciem as virtudes para que aprendam, questionem durante a crise e possam praticá-las de forma consciente.

Apesar dos termos moral e ética serem tomados muitas vezes como similares, seguiremos a linha filosófica que os diferenciam. A explicação da filósofa e educadora Sucupira Lins (2009b, p. 2) é: “ética se refere a um campo da filosofia e se caracteriza por se constituir em uma reflexão a

partir da qual a moral, que é um conjunto de regras práticas, vai se organizar”. Isso elucidada a urgência apontada na citação de Godoy (2015) sobre a possibilidade da tomada de valores não éticos para a construção de arranjos sociais, e as contribuições de MacIntyre (2021), que apontam para a necessidade da retomada da filosofia das virtudes para a diminuição da *desordem moral*. Reconhecendo o valor universal e permanente da pessoa, a ética deve propiciar reflexões que resultem em uma moral que promova o bem comum. A partir dessa compreensão, as leis e os valores de uma sociedade que ferem a dignidade da pessoa são antiéticos.

Sucupira Lins (2009) analisa o conteúdo de duas instâncias básicas em Filosofia da Educação, maturidade ética e identidade moral. Busca promover subsídios para práticas pedagógicas que contribuam para o alcance dessas características por crianças e adolescentes. A consideração inicial que justifica essa busca é a afirmativa de que ambas são essenciais para o desenvolvimento pleno da pessoa, e uma das finalidades da educação é a formação integral. Ainda que se reconheça que todas as relações sociais contribuem para esse processo, a educação é preponderante. A autora define identidade moral com as seguintes palavras: “o que define uma pessoa em profundidade com referência ao domínio da ética e a consciência de si mesma. Alguém que chegue a construir a sua identidade ética sabe quem é e age de acordo com esta consciência” (SUCUPIRA LINS, 2009a, p. 636,); e explica que é uma construção própria ao sujeito. A ética busca o bem comum e a vida feliz, Sucupira (2009b, p. 4) destaca que “a vivência das virtudes mostra a excelência da pessoa humana e o seu progresso em direção ao contínuo aperfeiçoamento”.

A maturidade é uma característica integrada à constituição da identidade, como analisado por Erikson (1972). De igual modo, a identidade moral é proveniente de valores éticos por serem processos inter-relacionados. Valores vivenciados em todas as esferas sociais são constitutivos da pessoa. Por isso os impactos da convivência durante a pesquisa foram extremamente importantes para que os objetivos fossem alcançados. O pensamento formal do adolescente (capacidade lógica, de sistematização e abstração) faz com que ele avalie suas ações a partir de critérios. A capacidade de sustentar seus atos volitivos baseado em uma escala de valores que criou decorre de sua maturidade ética e a alimenta. Sucupira Lins (2009a, p. 644) reforça essa característica ao explicar:

“Ou o jovem vai se tornar uma marionete nas mãos de quem o ouve ou passa a se guiar por valores, os quais devem sustentar o seu ser independentemente do que provoque nos outros”. A identidade moral é ressaltada pela autoconsciência e pelo agir de acordo com sua escala de valores.

As mudanças cognitivas, afetivas e sociais são fatores presentes na vida da pessoa para que alcance o pleno desenvolvimento ético e geral. A adolescência alarga as possibilidades, pois a pessoa vivencia diferentes papéis sem total comprometimento, a longo prazo sem ainda alcançar a integridade requerida na fase adulta. A busca por pertencimento a grupos pode levar o adolescente a passar por diversas tribos enquanto seus anseios não são correspondidos e as expectativas não conciliam com os valores que está escolhendo para orientar sua vida. As mudanças possibilitam o crescente interesse por questões éticas e de justiça nessa etapa, o que torna a virtude justiça um excelente indicador para a análise da construção da identidade ética.

Na pesquisa desse tema, realizada por Piaget (1994), o desenvolvimento do juízo moral é descrito em três tipos de comportamentos morais que correspondem às fases sucessivas vividas pelo sujeito, conforme apontado anteriormente:

- 1) Inicialmente o sujeito não é capaz de reconhecer a existência das regras. Esse estágio é nomeado anomia, caracterizado pelo egocentrismo e respostas sensoriais;
- 2) O segundo estágio é a heteronomia, no qual os sujeitos cumprem as regras pela coação;
- 3) Por fim, caso a educação tenha êxito, é desenvolvido o estágio de autonomia em que o sujeito age consciente e pela cooperação.

Apesar de a idade não ser um fator isolado, nem determinante, para a autonomia moral, a maturidade cognitiva promove uma estrutura complexa interna que permite o desenvolvimento moral. À análise do segundo e terceiro estágio, o epistemólogo escolheu estudar o desenvolvimento da noção de justiça. Piaget (1994) apresenta questões e pede que os sujeitos as analisem e digam quais atitudes corretivas deveriam ser aplicadas em cada caso. O público investigado é desde a infância, mas os resultados contribuem para a compreensão do entendimento da justiça pelo adolescente (autonomia). Sua pesquisa mostrou que a idade interfere na capacidade de compreensão da justa razão. A percentagem de soluções justas é maior no grupo de sujeitos mais velhos.

Referindo-se à educação escolar, que é de caráter intencional, institucional e sistemática, Sucupira Lins (2009a, p. 634-635) destaca que “o processo educativo pretende transformar a

pessoa, partindo de suas potencialidades, de modo que estas cheguem à condição de atos, e estes atos revelem cada vez mais o seu aperfeiçoamento”, reafirmando a necessidade de intervenção por parte dos educadores. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) orientam o ensino da ética de forma transversal, ou seja, não é apresentada em uma matéria específica, mas responsabilidade de todo o corpo docente. O volume 8 contém o detalhamento de como o desenvolvimento moral deve ser estimulado no ambiente escolar. Nos PCNs, não há distinção entre os termos ética e moral. Eles são apresentados como complementares. A definição de ética do documento é:

Ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que um grupo estabelece para seu exercício profissional (por exemplo, os códigos de ética dos médicos, dos advogados, dos psicólogos, etc.). Em outro sentido, ainda, pode referir-se a uma distinção entre princípios que dão rumo ao pensar sem, de antemão, prescrever formas precisas de conduta (ética) e regras precisas e fechadas (moral). (BRASIL, 1997, p. 49).

O documento prevê a formação ética a partir de quatro eixos que promovem a dignidade humana. São estes: Justiça, Respeito Mútuo, Diálogo e Solidariedade. A transversalidade considera o convívio como possibilidade da ética ser desenvolvida e praticada em todas as matérias. Para esta pesquisa, o segundo bloco, nomeado por Justiça, é de maior relevância. O documento compreende o conceito de Justiça em duas instâncias. A primeira, que ocupa a maior parte da explicação, a apresenta na esfera legal, os direitos sociais. Posteriormente, é acrescentada a ideia de justiça referente à ética, na qual é apresentada a relevância da virtude para o convívio social, as tomadas de decisões, e à vida política, visando à igualdade e à equidade.

Os PCNs do Ensino Médio, etapa final da educação básica, orientam a formação ética como uma habilidade ou competência a ser desenvolvida. Em reconhecimento à possibilidade do adolescente alcançar o agir autônomo e a formação da identidade, o documento assegura “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 2000, p. 10). Em reconhecimento da contínua aprendizagem da pessoa e dos processos sociais que passam por mudanças, acrescenta: “Prioriza-se a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” (BRASIL, 2000, p. 13). O documento estabelece quatro eixos estruturais: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser; e três domínios da ação humana: a

vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva. Os PCNs do Ensino Médio estabelecem que a educação deve promover a autonomia:

a ética da identidade tem como fim mais importante a autonomia. Esta, condição indispensável para os juízos de valor e as escolhas inevitáveis à realização de um projeto próprio de vida, requer uma avaliação permanente, e mais realista possível, das capacidades próprias e dos recursos que o meio oferece. (BRASIL, 2000, p. 66)

Os PCNs do Ensino Médio não definem ética ou justiça, mas considera que a pedagogia deve educar para a igualdade, a justiça, a solidariedade e a responsabilidade. Ressalta que “dela poderá depender a capacidade dos jovens cidadãos do próximo milênio para aprender significados verdadeiros do mundo físico e social, registrá-los, comunicá-los e aplicá-los no trabalho, no exercício da cidadania, no projeto de vida pessoal” (BRASIL, 2000, p. 67). Os adolescentes estão em um processo de transição dos papéis sociais, desenvolvendo competências cognitivas e morais para a superação da heteronomia, estágio descrito como a submissão acrítica às regras. Com os estímulos e orientações adequados, os adolescentes podem alcançar a autonomia, fase em que criticam as regras e as compreendem, a partir da escala de valores construída, o motivo de segui-las. Essa transição é acompanhada por diversas mudanças afetivas, sociais e cognitivas. Com a capacidade de abstração, própria do aspecto cognitivo, outras características são acentuadas, dentre as quais, as principais são memória, atenção, processamento e a capacidade de refletir acerca dos próprios pensamentos. Com essas potencialidades, a ética, que envolve a reflexão do bom e do mau e a construção de uma escala de valores, pode ser solidificada. A pessoa, quando alcança a maturidade ética, não apenas participa da cultura social promovendo o bem comum, mas também contribui para as mudanças positivas de paradigmas.

As explicações até aqui apresentadas demonstram que o adolescente é uma pessoa ainda em desenvolvimento de sua personalidade, e que está sob influência e responsabilidade social para conclusão de sua formação ética e moral. Quando alcançadas, o sujeito autônomo entende as práticas da virtude e o cumprimento das regras como o resultado de uma livre decisão. Considera que diferentes opiniões são permitidas, mas que é imprescindível um sistema com princípios que as validem. Sucupira Lins (2015b), em sua pesquisa sobre aprendizagem ética, destaca que para que os objetivos e as possibilidades da educação sejam garantidos, é preciso a participação ativa e consciente dos professores.

3 A Pesquisa

Este capítulo apresenta o público investigado e como os adolescentes serão referidos. Desdobra-se em duas partes conforme a explicação a seguir.

3.1 Procedimentos

Nesta parte, é narrado o passo a passo da pesquisa. É apresentada a explicação de como foi dado o andamento a partir da observação. São narrados acontecimentos relevantes para a verificação de possíveis mudanças no comportamento dos adolescentes. É explicado como o material foi coletado, utilizando o Método S-L.

3.2 Análise dos dados

São apresentados os quadros com os dados encontrados elaborados a partir da Análise de Conteúdo da Bardin, e os comentários necessários.

3 A Pesquisa

O Grupo de Pesquisa sobre Ética e Educação, coordenado pela Profa. Dra. Maria Judith Sucupira Lins, realiza pesquisas educacionais há décadas. Esta pesquisa foi iniciada no primeiro semestre do ano letivo de 2017 com a concentração nos estudos da fundação teórica. Foram realizadas leituras de acordo com o problema desta pesquisa, visando ao conhecimento da formação ética e moral dos adolescentes. Procurou-se a compreensão do desenvolvimento da personalidade ética e o papel da educação para alunos do Ensino Médio. No mesmo ano, foi apresentada ao Comitê de Ética a documentação necessária para a realização desta pesquisa empírica e a aprovação foi dada. A escola escolhida é uma escola assistencial, não governamental, no Rio de Janeiro. As observações estão centradas nos alunos e na interação deles com seus pares, professores e funcionários. Esta pesquisa se propõe a compreender a concepção de justiça que os adolescentes possuem e verificar se ocorrem mudanças que indiquem a maturação da personalidade e da identidade durante os três anos do Ensino Médio. Ressalta-se a originalidade da presente monografia ao tratar especificamente de uma virtude e analisá-la com objetivos próprios neste grupo focado.

No primeiro contato com os alunos, foi explicado o propósito das observações e foi realizado o convite para que participassem da pesquisa. Foi requerida a assinatura dos termos de assentimento do menor e de consentimento livre e esclarecido, em anexo. O grupo observado era composto por 27 alunos que são identificados pela sigla A – referente a aluno – e um número decorrente da relação criada pelo GPÉE. Dessa forma os alunos permanecem anônimos e são identificados na pesquisa por A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A17, A18, A19, A20, A21, A22, A23, A24, A25, A26, A27.

3.1 Procedimentos

Os alunos foram observados, regularmente, durante os três anos da pesquisa. A pesquisadora assistiu às aulas e interagiu com os estudantes frequentemente. Houve momentos de entrevistas e questionários que possibilitaram o aprofundamento das relações entre a pesquisadora e os alunos. Todas as oportunidades foram aproveitadas para a interação que aconteceu durante a troca de professores, nos corredores, enquanto se deslocavam para outro ambiente e quando os alunos se aproximavam da pesquisadora no intervalo. No primeiro ano da realização da pesquisa, os adolescentes demonstravam desconfiança quanto a tudo o que poderia acontecer. Podemos exemplificar com a atitude de A26, que verbalizou sua insatisfação pela pesquisa logo na primeira semana. Apesar disso, logo assinou o termo para participação, assim como o levou ao seu responsável. Com o passar dos meses, os adolescentes se sentiram mais à vontade e confiantes, de modo que começaram a fazer perguntas e emitir comentários variados. Posteriormente, em duplas ou grupos maiores, perguntavam o que estava sendo observado, qual o motivo da pesquisa, qual era o objetivo da pesquisadora. Foram propostos elementos que possibilitaram o diálogo entre a pesquisadora e os alunos, visando especialmente as necessidades do desenvolvimento ético dos adolescentes. A autoanálise comportamental e a atenção às interações de todos no espaço completaram os requisitos para o êxito da pesquisa.

Passa-se à análise do comportamento cotidiano dos adolescentes. No segundo semestre de 2017, os alunos não apresentaram interesse pela pesquisa e se mostravam indiferentes à pesquisadora. A pesquisadora esteve sempre nas aulas, sentando-se ao fundo, o que lhe possibilitava perceber comportamentos que não eram notados pelo professor que estava à frente, tal como o uso indevido do celular, alunos dormindo durante as explicações e principalmente como a turma era segmentada e mantinha grupos rígidos que não se comunicavam entre si. Os alunos restringiam a interação ao grupo com o qual tinham afinidade. Quando os professores pediam silêncio, o que era frequente, nada acontecia. Aqueles alunos que queriam prestar atenção sentavam-se mais à frente, ou se esforçavam para conseguir escutar devido aos ruídos produzidos por outros colegas.

Vale a pena ressaltar que havia uma professora em especial que iniciava a aula organizando as carteiras e reforçando a necessidade de um comportamento que permitisse a todos o aproveitamento

máximo da aula. Os alunos agiam de forma diferenciada nessa disciplina, em relação a todas as outras observadas. Mudavam inteiramente de conduta, agindo respeitosamente e mostrando interesse, o que era significativamente diferente do que acontecia em outras aulas. Observou-se a dificuldade de se organizarem em pares quando o número proposto para a realização do trabalho era incompatível com a quantidade de integrantes de seus aliados. Alguns preferiam realizar a atividade sozinhos, mesmo tendo um colega de classe sem par. Os alunos portadores de deficiência tinham dificuldade de se inserir nos grupos, especialmente para a realização de atividades em dupla. Cinco estudantes faziam questão de perturbar um deles em especial, afirmando ser brincadeira o que faziam. Apesar de serem advertidos, repetiam suas atitudes quando não estavam sendo supervisionados. O desrespeito ultrapassava a sala de aula, e não acontecia apenas entre os estudantes. A referida professora conversou com os adolescentes sobre o fato de fotografarem os professores e postarem em um grupo do *WhatsApp* com comentários maldosos. Outro episódio, ocorrido no mesmo ano e envolvendo fotografia, foi entre duas alunas. Houve a publicação da foto de uma delas, tirada sem permissão, em uma rede social com um texto ofensivo. Esse *bullying* cibernético foi mediado pela mesma professora durante a aula, depois das alunas terem iniciado uma nova briga por conta do ocorrido. A escola tem a função de orientar os alunos no processo de formação ética. É uma instituição normativa e por isso deve reforçar as atitudes positivas e mostrar aos adolescentes a diferença entre o certo e o errado e providenciar para que vivam o Bem Comum. Isso deve refletir-se no comportamento de todo o corpo estudantil e no regimento interno. De modo geral, os grupos formados na turma não interagiam entre si, não respeitavam as regras da instituição, sejam da venda de comida dentro de sala de aula ou do não uso do celular, e respondiam de forma desrespeitosa às cobranças pelo cumprimento dos acordos.

A partir do segundo semestre de 2018 foi possível notar o aparecimento progressivo de algumas mudanças positivas. A26, referida quanto à atitude contrária à pesquisa, destacou-se na interação com a pesquisadora, com os pares e professores. Observou-se que A3, percebendo, certa vez, que não havia cadeira para a pesquisadora sentar na sala, prontamente ofereceu a sua, e foi buscar outra. Depois desse feito, três outros alunos assumiram postura similar à de A3 em outros dias. A receptividade às propostas da pesquisa pelos alunos foi, visivelmente, crescente. O comportamento inadequado de dormir durante algumas aulas e o desrespeito aos professores e colegas permaneciam. A5 foi questionada quanto à razão de dormir em todas as aulas de uma matéria específica. Respondeu agressivamente, dizendo que não entendia nada do que era falado, e que por isso preferia dormir. Não houve nenhum outro questionamento, mas a partir desse

momento, seu comportamento modificou-se, e em alguns dias fazia perguntas sobre o tema. As intervenções foram feitas sempre dessa maneira, delicadamente, com perguntas que instigassem a reflexão sobre suas condutas.

Ainda em 2018, quatro estudantes estavam jogando cartas em sala de aula, devido à ausência de um professor. Esse grupo realizava todas as atividades junto e sentava próximo. Um dos colegas com deficiência intelectual pediu para jogar, e ouviu a resposta que não seria possível. A6 discordou e o chamou para jogar, entregando-lhe as cartas. Apesar disso, as outras colegas demoraram em abrir espaço para que pudesse entrar na roda. A pesquisadora acompanhou a rodada até o final, e apesar da intolerância no início da partida, a interação ocorreu de forma positiva e respeitosa. Aproximando-se o final do ano letivo do mesmo ano, outro aluno com deficiência intelectual não compreendeu a explicação do professor para a realização de uma atividade. Voluntariamente, A26, que estava à sua frente, virou-se e repetiu a explicação, mostrando no material o que deveria ser feito. Os alunos com necessidades especiais passaram a receber apoio da maioria da turma. Em setembro de 2018, a escola estava se organizando para os jogos internos e convidou todos os alunos. Cada um poderia se inscrever na modalidade que desejasse. Um dos alunos especiais estava tentando falar, mas os organizadores, que eram estudantes de outra sala, não lhe deram atenção e não anotaram seu pedido. Um colega elevou a voz, informando que ele estava tentando se inscrever, e só parou quando lhe deram atenção. Pode parecer pequena essa atitude, mas na realidade é um ato que revela a aprendizagem e prática da virtude justiça. No final de 2018 e primeiro semestre de 2019, diferentes alunos repreendiam os que tentavam desrespeitar os alunos especiais, o que foi um comportamento absolutamente inédito, diante do que vinha sendo observado.

Tornou-se frequente o pedido de silêncio por parte dos alunos durante as explicações e a interação melhorou de forma geral. O respeito aos professores também foi crescente, de maneira que, em agosto de 2018, quando um professor levou uma queda em sala, imediatamente A23 pediu para que parassem de rir e verificassem se ele tinha se machucado. Apesar dos risos, característico da adolescência em situações como essa, não se pode propriamente dizer que houve falta de respeito pela preocupação que manifestaram quanto ao bem-estar do professor. A23, durante as conversas em seu grupo, alertava para a falta de respeito deles com outros colegas. O posicionamento contra atos assim é característico do desenvolvimento ético. Os conflitos da turma passaram a ser resolvidos por meio do diálogo buscando-se especialmente a prática da justiça. Em outubro de 2018, foi necessária a divisão da turma para a participação na Feira Cultural. Depois da turma se

recusar a misturar os grupos de afinidade, e o professor explicar repetidas vezes que era preciso ser feita a redistribuição de integrantes, alguns alunos se voluntariaram para integrar grupos diferentes.

Em 2018 e 2019 não ocorreram atritos graves, nem o uso indevido da imagem alheia. No último ano da pesquisa, A5 perguntou à pesquisadora: “A postura da turma mudou, viu?”. Apesar dessas mudanças, alguns ainda dormiam durante a aula e, dependendo do professor que estivesse em sala, vários saíam sem se comunicar. Demonstravam saber o que era correto e se importar com isso quando vistos por outras pessoas, pois quando agiam de forma adequada, em seguida procuravam a pesquisadora para se certificarem de que estavam sendo notados em suas posturas adequadas. Com a descrição acima, observa-se a mudança comportamental dos adolescentes durante o Ensino Médio.

A seguir é apresentada a análise das respostas escritas sobre a definição de justiça. No segundo semestre de 2017 foi realizada uma entrevista. Destaca-se a questão 18 que perguntava exatamente “o que é justiça?”. Vinte e quatro alunos responderam. No segundo semestre de 2018, foi aplicado a pergunta de forma isolada em um questionário. Foi exposto no quadro da sala de aula a mesma pergunta “O que é justiça?”. Dezenove devolveram as fichas respondidas. No segundo semestre de 2019 foi realizada uma nova entrevista, e a segunda pergunta foi “O que você entende agora por justiça? Dê um exemplo da sua vida pessoal”. Ao final das observações, em julho de 2019, foi iniciada a análise dos dados coletados e a releitura do diário de campo. As incidências dos três anos foram inferidas e categorizadas de acordo com a Análise de Conteúdo da Bardin (2010). A categorização foi realizada considerando as respostas completas e não os termos isolados. Nos quadros que se seguem, são destacadas as palavras-chave das definições de justiça fornecidas pelos adolescentes. Algumas respostas apresentam caráter polissêmico, resultando em mais de uma palavra, e principalmente, variados significados, como a definição do termo. Posteriormente, essas palavras foram aglutinadas em categorias para a verificação do que os estudantes entendiam por justiça em cada ano. As categorias foram criadas de acordo com as orientações da metodologia de Bardin (2010).

As respostas ao que entendiam por justiça foram aglutinadas nas seguintes categorias em cada ano de observação: em 2017, foram aglutinados os termos, de modo que existiram quatro categorias: Virtude, Lei, Punição e Inexistente. Em 2018 surgiram duas novas categorias, que se somaram às anteriores, ficando: Virtude, Lei, Punição, Tautologia, Inexistente e Emotivismo. Em 2019 três categorias foram listadas: Virtude, Punição e Cumplicidade. No item seguinte, a análise dos dados é apresentada.

3.2 Análise dos dados

Do total de 25 inferências, 16 (64%) definem justiça de modo aproximado, mas ainda incompleto, com, no mínimo, uma característica dela como virtude. Igualdade de direitos foi a expressão mais citada. Dos 16 termos listados na categoria Virtude, sete são remetidos à igualdade de direitos. Desses sete, dois adolescentes fizeram explicações sobre a responsabilidade individual para que o direito do outro seja mantido. A13 explicou que é preciso respeito nas relações para a manutenção dos direitos, e A5 informou sobre os deveres que recaem a cada um juntamente aos direitos.

A3 definiu justiça como um conceito moral com a finalidade de gerar igualdade na sociedade diariamente. Ao relacioná-la com a moral e a compreensão de que justiça é um conceito sobre o qual é possível refletir e agir, A3 aproximou-se da ideia de Bem Comum apresentada por Aristóteles. Outra característica diferente dessa resposta é a motivação da ação justa a partir das relações sociais, e não da coação. A7 afirma que é “fazer escolhas analisando a situação dos ‘dois lados’”. A imparcialidade é uma característica da justiça, mas sem aprofundamento da resposta, não é possível compreender como as escolhas seriam feitas. A8 explica justiça como o ponto de partida para a definição do que é certo e errado. A ideia de que a definição do certo e do errado é estabelecida sem o questionamento dos valores, configura uma característica do estágio de Heteronomia descrito por Piaget (1984). O certo e o errado são definidos por algo externo, sem a participação ou a responsabilidade do sujeito. A17 e A19 explicam que a justiça é semelhante à verdade. Outra característica da virtude analisada, mas que precisa considerar outros valores para que possa ser compreendida por completo. A21 e A22 entendiam justiça da mesma forma. Disseram que cada um deve receber o que é merecido. Questões de equidade para a definição do que seria merecido não foram abordadas. A23 e A26 assimilaram justiça ao equilíbrio, no entanto, A26 se estendeu e disse que é algo inexistente no Brasil.

Na categoria de justiça como lei, A4 explica que direitos e deveres são concedidos e que há punição quando o dever não é cumprido. O foco para a punição a diferencia das respostas anteriores que apontam os direitos e deveres como ações a serem desempenhadas sem a coação. Pensar na justiça como a garantia da punição anula sua real essência como virtude, já que a punição deve ser a consequência de um ato injusto e não um desdobramento da virtude justiça. Na mesma linha de raciocínio de A4, A1 definiu como repreensão. O tipo de ato que deve ser repreendido não foi

exemplificado. A6 definiu justiça como modo de lidar com as consequências de seus atos, e A18 com um trecho da Lei de Talião (1770 a.C.): “olho por olho, dente por dente”. A12, A14, A15 e A26 (16%) disseram que é algo inexistente no Brasil. Como descrito acima, A26 explicou o que seria justiça, enquanto A12, A14, A15 apenas negaram a existência dessa virtude no Brasil. A27 não conseguiu responder à questão.

Apesar do alto percentual de coerência entre a definição dada e a filosofia das virtudes de Aristóteles, é importante destacar que as respostas foram formuladas em frases curtas, e por vezes insuficientes. Os interlocutores não aprofundaram as ideias, demonstrando pouca compreensão argumentativa acerca do assunto. No quadro abaixo estão organizadas as categorizações dos termos aglutinados.

Quadro 1 – Incidências de 2017

Categorias	Incidências
Virtude	-Igualdade de direitos A2, A5, A10, A11, A13, A16, A20 -Bem Comum A3 -Prudência A7 -Certo e errado A8 -Verdade A17, A19 -Mérito (dar o que é merecido) A21, A22 -Equilíbrio A23, A26*
Lei	-Direitos e deveres A4*
Punição	-Repreensão A1 -Consequências A6, A18 -Punição A4*
Inexistente	-Não há no Brasil A12 A14, A15, A26*

Fonte: Elaboração autora (2022)

Abaixo há falas dos estudantes para que se possa compreender a estrutura do material coletado. A3, que foi categorizado na definição de “Virtude” com o termo Bem Comum, e A26, que foi inserida nas categorias “Virtude” e “Inexistente”:

2017/A3: Um conceito moral com o qual tentamos manter a paz, o amor e a igualdade na sociedade diariamente.

2017/A26: É o que não temos no Brasil. Justiça é medir as coisas, deixar tudo equilibrado para que não seja favorável a um e desfavorável para outro.

Agora, é analisado o que ocorreu em 2018. No segundo ano da pesquisa, das 20 incidências registradas, sete (35%) apresentaram características compreendidas na definição de justiça proposta por Aristóteles, queda de 29% em comparação ao ano anterior. Com a diminuição da percentagem de incidências adequadas, ocorreu o aumento das compreensões equivocadas e a necessidade de duas novas categorias para o agrupamento das respostas: Tautologia e Emotivismo. A ideia de justiça quanto ao cumprimento da lei diminuiu para uma incidência. Ressalta-se que foi um dos alunos que no ano anterior respondeu de forma assertiva.

As incidências das categorias “Virtude” e “Inexistente” foram equivalentes, sete incidências em cada. A3 não explicou exatamente o que entendia por justiça, apenas disse que é parte essencial da vida. Da mesma forma, A6 escreveu que é um dos principais valores, mas não aprofundou sua explicação. A4 disse que é responder o certo, e ter direitos e deveres. Uma síntese positiva, e que sinaliza o amadurecimento de sua identidade ética, visto que no ano anterior compreendia justiça como direitos e deveres com a finalidade de punição. A resposta desse ano citou a responsabilidade de ação do sujeito para que a justiça aconteça. A8 a definiu como um equilíbrio social, no entanto explica o equilíbrio como resultado por ter consequências aos que fazem algo errado. Isso resume o cumprimento das regras sociais pela coação e não pela cooperação e consciência. A10 e A27 responderam que a justiça está no tratamento de igualdade nas relações sociais. A14 enunciou que é fazer o bem para que não haja injustiça. Todas as respostas listadas no parágrafo demonstram características da virtude justiça. Mas é notória a falta de aplicação a partir de suas definições, e como as descrições foram imprecisas.

A5 descreveu justiça de forma extensa, mas concluiu que a finalidade é o controle de uma nação. A11 a associou ao agir de forma restrita à obediência à lei e aos ensinamentos familiares. Essas ideias justificam a lei como algo externo que deve ser seguido e esse comportamento como gerador da justiça. A23 limitou a justiça à punição quando um crime é cometido. A resposta de A22 expressou pontos interessantes sobre a virtude analisada. Apontou a necessidade de agir de forma justa em assuntos pessoais ou não. Entretanto, explicar que justiça é agir de forma justa tornou a resposta insuficiente para a compreensão total do que A22 entendia por justiça. Mas o âmbito apontado para a realização desta virtude é uma característica a ser destacada.

Considerando as respostas categorizadas como “Inexistente” (sete inferências, 35%), apenas A21 explicou justiça como receber o que merece, mas refuta o pensamento dizendo que, na realidade, a justiça favorece apenas a quem tem dinheiro. As sete respostas dessa categoria possuem certa uniformidade de pensamento. A1, A7, A9, A16, A19, A21 e A25 disseram que justiça não existe no Brasil, ou que é uma ideologia. A padronização revela a busca pelo pertencimento a grupos, e indica a exposição destes ao mesmo discurso ou a conversas entre os pares. Sobre esse aspecto Erikson (1972) expõe:

os adolescentes não só se ajudam temporariamente, no decorrer desse conturbado período, formando turmas e estereotipando-se a si próprios, aos seus ideais e aos seus inimigos, mas também testam, insistentemente, as capacidades mútuas para lealdades constantes, no meio de inevitáveis conflitos de valores (ERIKSON, 1972, p. 133).

Isso é uma possível explicação para o padrão similar das respostas. A categoria Emotivismo foi estabelecida a partir da resposta de A20, por dizer que com a prática da justiça as partes envolvidas precisam estar satisfeitas ao final das situações. Segue o quadro com as informações.

Quadro 2 – Incidências de 2018

Categorias	Incidências
Virtude	-Essencial A3 -Certo A4 -Valor A6 -Equilíbrio A8* -Igualdade A10, A27 -Fazer o bem A14
Lei	-Cumprir a lei A11 -Controle A5
Punição	-Consequência A8*, A23
Tautologia	-Justo A22
Inexistente	-Ideologia A1 -Mentira A7 -Para quem tem dinheiro A19, A21 -Inexistente A9, A16, A25
Emotivismo	-Satisfação A20

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Abaixo, algumas respostas das categorias com mais aglutinações:

2018/A8: Pra mim justiça é um tipo de equilíbrio na sociedade como se alguém faz algo errado tomar uma consequência pelos seus atos (**sic**).

2018/A10: Justiça é o ato de agir da mesma forma com todos.

2018/A14: A justiça é quando se faz o bem em qualquer circunstância, para o outro não ser injustiçado.

2018/A1: Uma ideologia que cria uma ilusão para as pessoas de que os culpados de certa ação deveriam pagar pelo que fizeram. Nunca acontece dessa maneira, visto que em uma sociedade como a nossa não existe nada justo.

2018/A7: A justiça é uma mentira inventada pela sociedade para tentar justificar a superioridade de uns e a subordinação de outros.

2018/A10: Justiça é o ato de agir da mesma forma com todos.

2018/A16: Para mim justiça é injusta e confusa, além de não existir na sociedade atual.

2018/A5: A justiça é um bem público que deveria ser igualitário e responsável. Apesar disso e da justiça ser algo importante em nosso país, infelizmente não é de mesma proporção nem de mesmo valor a todos. O Brasil é o país da diversidade e, na justiça, as diversidades deveriam ser preparadas para isso. Ela, em si, ainda é um bem que devemos e podemos usufruir, a justiça é o que, por bem ou por mal, une complexidade de ideias, para assim poder controlar uma nação. (**sic**)

2018/A8: Para mim a justiça é um tipo de equilíbrio na sociedade como se alguém faz algo errado tomar uma consequência pelos seus atos. (**sic**)

A seguir, os acontecimentos da pesquisa em 2019. No último ano da pesquisa, o número de categorias diminuiu, as incidências foram aglutinadas em três grupos. Isso ressalta maior similaridade na compreensão dos adolescentes. Não é possível inferir mais nesse aspecto porque muitos alunos não responderam à última entrevista. Apesar de diversas tentativas, os alunos estavam envolvidos em atividades para a formatura e participando dos simulados organizados pela instituição de ensino. Isso dificultou o encontro com toda a turma em sala de aula. Das 14 incidências, 12 respostas (aproximadamente 86%) apresentaram características semelhantes à proposta de justiça do filósofo Aristóteles. Os quatro equívocos encontrados demonstram erros graves de compreensão e a necessidade da continuidade de orientação e intervenção aos adolescentes.

Para melhor investigação sobre o tema, a pergunta no questionário final foi alterada. A formulação foi “O que você entende agora por Justiça? Dê um exemplo de sua vida pessoal”. Apesar do reforço para que dessem exemplos pessoais, poucos conseguiram realizar a aplicação prática do conceito definido. A3, A6, A7, A8, A14, A16, A20, A21, A22, A23, A24 e A26 ressaltaram aspectos adequados da justiça. Desses, seis (50%) pesquisandos tentaram dar exemplos de sua vida pessoal: A6, A7 e A23 explicaram de forma adequada, mas os exemplos dados foram de injustiças sofridas e não da prática da justiça. A8 manteve a resposta do ano anterior, mas a reformulação deu à justiça duas características diferentes: equilíbrio e consequência das ações. A24 não exemplificou algo de sua vida, narrou uma situação de injusta ocorrida em uma série, mas na contramão do *emotivismo*, explicou que é fazer o certo mesmo que não concorde. A20 conseguiu definir justiça e descrever um exemplo pessoal. A18 respondeu novamente com segmento da Lei de Talião (1770 a.C.). A ideia de vingança como expressão máxima de justiça foi mantida, não houve progresso. A25 explicou justiça erroneamente, descrevendo uma suposição, a definiu como cumplicidade.

Quadro 3 – Incidências de 2019

Categorias	Incidências
Virtude	-Igualdade A3, A16 -Equilíbrio A8 -Ponderação A7, A6, A14, A21 -Bem comum A20 -Certo A22, A23, A24, A26
Punição	-Consequência A18
Cumplicidade	-Cumplicidade A25

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Algumas respostas estão transcritas abaixo.

2019/A8: Seria um equilíbrio e também a consequência de uma ação.

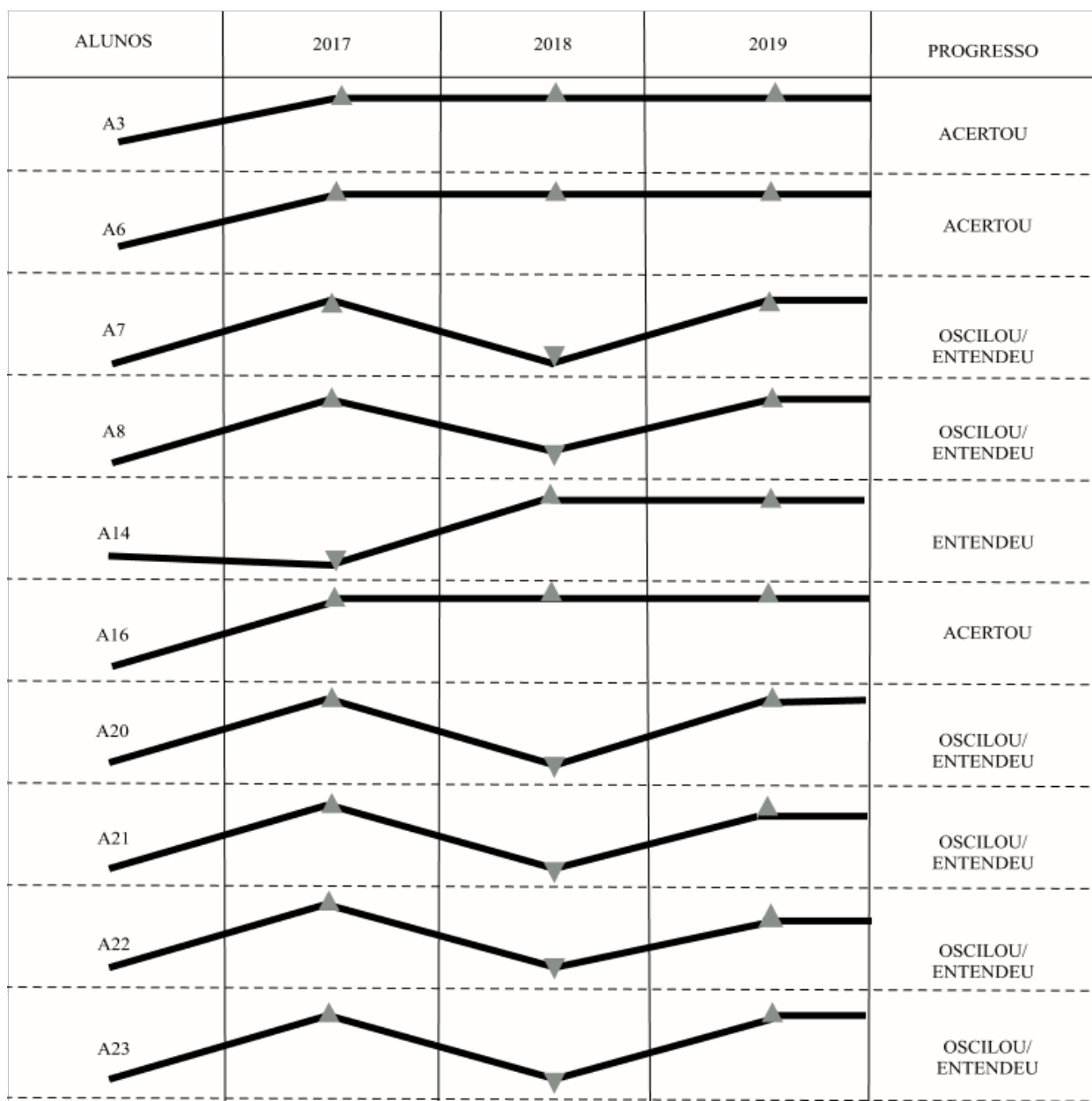
2019/A18: Aqui se faz aqui se paga. Obs.: no ano anterior a resposta de A18 foi “olho por olho, dente por dente”.

2019/A20: Justiça é quando os lados em questão são levados em consideração de forma justa e igualitária, sendo visto da mesma forma, não havendo um favorito ou algo do tipo. Também podemos pensar no lado de você achar algo que não é seu e não pegar para si e talvez procurar o dono ou tentar alertar alguém. Ex.: Quando acho algo que não é meu, de forma alguma pegaria para mim e na forma de pensar ou julgar alguém/situação. **(sic)**

2019/A25: Seria se você está junto e seu amigo falar que fazer besteira e você ir junto e se ele for pego você também tem que ir. **(sic)**.

Analisando as respostas dos adolescentes que responderam nos três anos, encontram-se os dados abaixo.

Figura 1 – Análise individual dos adolescentes nos três anos do Ensino Médio



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Legenda: OSCILOU/ENTENDEU: Respondeu corretamente em 2017, de forma equivocada em 2018 e de forma adequada em 2019.

ACERTOU: Apresentou o mesmo padrão de resposta nos três anos.

ENTENDEU: Respondeu errado no ano inicial e corretamente nos dois anos seguintes.

Observação: Todos os adolescentes que responderam durante os três anos apresentaram compreensão da justiça como virtude no ano final.

Analisando todos os dados apresentados neste capítulo, encontram-se informações para a afirmação de que ocorreu o desenvolvimento da virtude justiça.

Quadro 4 – Levantamento geral

Ano	Equívocos	Justiça como virtude
2017	9	16
2018	13	7
2019	2	12

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Nesta conclusão, ressalta-se que foi possível confirmar a hipótese da possibilidade de compreensão adequada da virtude justiça por parte dos adolescentes que estão cursando o Ensino Médio. A análise mostra a dificuldade deles em notá-la como algo prático e cotidiano. Houve decrescente incidência da “justiça como virtude” no segundo ano de observação, conforme se vê no quadro acima. No entanto, o índice volta a crescer no terceiro ano. Pela avaliação dos dados coletados, a compreensão de justiça passa por alterações significativas nessa fase. Considera-se a possibilidade de ser a mudança da reprodução de valores para a internalização e a compreensão significativa.

4 Conclusões e sugestões

O quarto capítulo desta monografia apresenta as conclusões resultantes da pesquisa realizada. São apresentadas também sugestões, enfatizando-se a necessidade da continuidade de estudos semelhantes.

4 Conclusões e sugestões

Conforme o objetivo inicial estabelecido, a presente monografia proporcionou aos adolescentes de uma escola assistencial, não governamental, do Ensino Médio do Rio de Janeiro, a organização do conceito da virtude justiça e sua vivência prática. Ao longo das observações de campo, foram recolhidos dados que possibilitaram a compreensão dos conceitos da virtude justiça expressos pelos adolescentes. As alterações comportamentais e os progressos, ou não, que ocorreram durante os três anos do Ensino Médio foram analisados e comentados, mostrando os efeitos da pesquisa. O desenvolvimento da compreensão de justiça como virtude depende da maturidade ética e do alcance da autonomia moral de cada pessoa, o que foi visto nessa população sob enfoque. Estas são características não inatas, que são alcançadas pela vivência ética e o convívio social, também observados.

Os adolescentes, de modo geral, sujeitos em plena fase do desenvolvimento da moralidade, dos aspectos cognitivo, afetivo e social, ainda necessitam de orientação e suporte para que alcancem, em plenitude, sua identidade. Nesta fase, como foi detectado, ocorreu o início da construção de uma escala de valores, que é a organização destes que nortearão as decisões desta pessoa ao longo da vida. Por vezes, os adolescentes demonstraram desprazer ao expressarem suas percepções da sociedade. A crise da adolescência, que tem como sintomas a inconstância, diferentes experimentações de papéis, a busca pelo pertencimento e a aceitação do grupo, é essencial para a formação da identidade e exige uma postura normativa do educador, tal como foi oferecida.

Esta pesquisa mostrou que é possível aos educadores propiciarem o desenvolvimento ético de adolescentes, ainda que em um ponto específico, a justiça. Inicialmente os alunos tinham

dificuldades de socialização, e com o andamento da pesquisa, a boa convivência começou a ser valorizada. A pessoa com maturidade ética e identidade, não apenas participa da cultura social, mas também contribui para as mudanças positivas de paradigmas. Isso é uma das importantes conclusões a que se chegou nesta pesquisa, pois houve esse encaminhamento da parte dos jovens pesquisandos.

O grupo de alunos observados apresentava alguma vaga noção quanto à ideia da virtude justiça, no início da pesquisa. Eles não demonstravam capacidade de articulação do pensamento ético, o que foi construído com sucesso ao longo da pesquisa. A interiorização de conceitos ainda não existia em 2017, embora algumas respostas parecessem corretas, o que atribuímos a uma representação linguística, sem compreensão. No segundo ano de observação (2018), houve o aumento de compreensão da concepção de justiça, principalmente, como algo nem sempre existente na sociedade. As inferências de 2018 apontam ideias equivocadas da virtude justiça. Houve respostas que a mencionavam como mentira, algo exclusivo aos mais ricos, um mecanismo de controle ou ideologia (ver Quadro 2).

A Figura 1 aponta que 60% dos adolescentes que responderam às questões durante os três anos oscilaram no entendimento. Apesar de apresentarem uma ideia que parecia adequada de justiça no ano inicial, logo em seguida responderam de forma inadequada. O segundo ano da pesquisa, 2018, foi o período em que as respostas, majoritariamente, não se aproximaram do conceito da virtude justiça (ver Quadro 4). Essa flutuação pode ser explicada pelo processo de instabilidade típico da adolescência. Além da tentativa de ruptura com os valores interiorizados na infância, buscando sua própria personalidade e o encontro de seus ideais, o adolescente tem muitas dúvidas. Apesar de não haver ainda a compreensão plena da virtude justiça, a relação, entre os pares e com os professores, melhorou nesse período.

Caminhando para o final, no terceiro ano, 2019, houve notável aumento da compreensão do que é a virtude justiça. Os adolescentes conseguiram articular mais o pensamento, entretanto, ainda demonstravam dificuldades em exemplificar como a justiça acontece no cotidiano, o que é natural, pois ainda não concluíram essa fase de sua vida. Apesar dessa característica, pode-se concluir que houve aprendizagem da virtude justiça a partir das ações da pesquisa, vivência com seus pares, professores, pesquisadores e outras pessoas relativas ao ambiente escolar. Isso constituiu um resultado fundamental da pesquisa para o desenvolvimento ético dos adolescentes.

O alto índice de acerto no primeiro ano da pesquisa, 2017, pode indicar que os adolescentes, de algum modo, aceitavam os valores ensinados anteriormente sem questioná-los. Ao final da

observação, é possível inferir que o desenvolvimento da virtude justiça não ocorre de forma uniforme, apesar da interação social.

Com a utilização do método Sucupira Lins (2015a), foi significativa a atuação, tanto da pesquisadora como dos alunos, para a evolução do entendimento do conceito da virtude justiça e sua prática, auxiliando no desenvolvimento dos pesquisandos. A intervenção positiva, sem dúvida, favoreceu o andamento e o sucesso desta pesquisa. Acrescenta-se, ainda, o comprometimento da pesquisadora como fator relevante para os resultados positivos que obtivemos.

Finalmente, conclui-se que a hipótese referente à possibilidade dos adolescentes do Ensino Médio desenvolverem a virtude da justiça, em conceito e prática, por meio da intervenção positiva no ambiente escolar, realizou-se, foi observada empiricamente a relevância da intervenção e a orientação que deram ensejo às mudanças internas ocorridas. Conforme o estabelecimento dos objetivos previstos, a formação dos adolescentes como cidadãos éticos, foi impulsionada. É sugerido que pesquisas semelhantes a esta sejam realizadas de modo que esses estudos tenham continuidade.

Conclui-se esta monografia afirmando que é imprescindível a promoção da aquisição e da vivência das virtudes, justiça e as demais, para que os adolescentes alcancem a autonomia moral, a identidade e sejam cidadãos éticos.

5 Referências

AGENCIA SENADO. **Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens no Brasil**. N. 654. Disponível em: [Geração nem-nem já soma 11 milhões de jovens no Brasil — Senado Notícias](#). Acesso em: 13/06/2022.

ALLPORT, G. W. **Personalidade padrões e desenvolvimento**. São Paulo: Herder. Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução: Edson Bini, 4ª edição. São Paulo: Edipro, 2014

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edição revista e atualizada. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Secretaria de Educação Básica MEC, 2000.

BRASIL. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais; apresentação dos temas transversais, ética**. Vol.VIII. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 05/05/2022.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 10/08/22.

ERIKSON, E. **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

_____. **Infância e Sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1987.

GODOY, P.B.G., MONTEIRO N.R.O. **Estudo sobre valores em adolescentes**. Porto Alegre, v. 46, n. 3, p. 400-408, jul./set. 2015.

LIMA, Humberto Silva de. **O processo de aprendizagem da justiça como virtude perfeita no ensino médio**. UFRJ, jul 2010.

MACINTYRE, A. **Depois da Virtude: um estudo sobre a teoria moral**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2021.

MARTINS, Lígia Márcia. **A natureza histórico-social da personalidade**. Cadernos CEDES [online]. 2004, v. 24, n.62, p. 82-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000100006>. Acesso em: 10/10/2022.

PERINI, T. A.; SUCUPIRA LINS, M. J. **O Papel do Meio Social no Desenvolvimento da Racionalidade e da Moralidade**. Cadernos de Pesquisa, v. 24, n. 3, set./dez. 2017.

PIAGET, Jean. **O Julgamento Moral na Criança**. 4ª edição. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **Epistemologia Genética**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

_____. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

SOUSA, Daniela Honorio. **20 anos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ética: análise e reflexões**. UFRJ, jun. 2018.

SUCUPIRA LINS, Maria Judith da Costa. O respeito à pessoa na Educação mediante uma Filosofia da Educação. In: **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos. V. 10, n. 22, p.497-511, set./dez. 2018.

_____. Método de Pesquisa-Ação com maior comprometimento. In: **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v. 07 n.13, p.52-74, jan./jun. 2015a.

_____. Avaliação da aprendizagem de ética no Ensino Fundamental. In: **Ensaio: aval. pol. públ. educ**. V.23, n. 88, jul./set. 2015b.

_____. Educação Integral e o Desenvolvimento da Pessoa Humana. In: Malheiro, J. **Escola com Corpo e Alma**. Ed. CRV, Curitiba, 2014.

_____. Maturidade Ética e Identidade Moral: a construção na prática pedagógica. In: **Revista Diálogo Educacional**. PUCPr, v. 9, n.28, p.633-649, set./dez. 2009a.

_____. Ética e Educação Escolar. Ética e Educação, uma abordagem atual. In: **Oliveira, R.J. & Sucupira Lins, M.J.C**, p. 115-126. Ed. CRV, Curitiba, 2009b.

Organização Mundial da Saúde. Disponível em: [Saúde mental dos adolescentes - OPAS/OMS Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#). Acesso em 13/08/2022.

6 Anexos

Anexo 1

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Responsável pela execução da pesquisa: Professora Doutora Maria Judith Sucupira da Costa Lins da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Título do Projeto: **“TORNAR-SE PESSOA MORAL POR MEIO DA VIVÊNCIA DE VIRTUDES: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO”** Informações ao participante: I – Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como objetivo observar alguns pontos:

- 1) O comportamento ético dos alunos do Ensino Médio, no cotidiano;
- 2) A prática das virtudes morais no desenvolvimento do caráter na adolescência;
- 3) O posicionamento dos alunos frente as situações éticas.

II – Esta pesquisa tem como benefício para a comunidade interna e externa, contribuir para a formação dos alunos do Ensino Médio que vivenciarão a prática das virtudes em suas vidas.

III – Ao assinar este termo, confirmo que estou ciente de que:

- 1) Trata-se de um estudo de risco mínimo, isto é, o mesmo risco que têm atividades rotineiras como conversar, brincar, etc., portanto, não há riscos que possam comprometer a integridade e/ou fatores cognitivos ou psicológicos dos participantes da investigação. No entanto, caso percebamos algum indício de risco, imediatamente comunicaremos os responsáveis para devidas providências;
- 2) A participação será voluntária e não remunerada;
- 3) As informações obtidas serão tratadas sob absoluto sigilo e anonimato e, fielmente, relatadas pela pesquisadora;
- 4) Qualquer um dos participantes estará livre para interromper, a qualquer momento, a participação no estudo, não sofrendo qualquer tipo de sanção ou prejuízo em consequência do ato da desistência. Você poderá recusar a responder qualquer pergunta que cause algum constrangimento ou se recusar a participar das propostas feitas em sala, além de qualquer tipo de fotografia. A sua participação como voluntário não ganhará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza;
- 5) Durante a realização da pesquisa, a pesquisadora coordenadora (Maria Judith Sucupira da Costa Lins) estará disponível para tirar qualquer dúvida que você possa ter em relação ao projeto;
- 6) Caso deseje mais informações para a decisão consciente acerca da participação ou não, no referido estudo, você poderá contatar a pesquisadora;
- 7) A pesquisadora se compromete a repassar, individualmente, os resultados da pesquisa no seu encerramento, caso seja de seu interesse;
- 8) Os resultados individuais não serão divulgados. Já no caso dos resultados gerais, poderão ser publicados em canais e/ou revistas científicas, garantindo o anonimato de todos os participantes;
- 9) A pesquisa contará com a participação dos professores das diferentes disciplinas da turma do 1º ano do Ensino Médio de 2017 e com a mesma turma em 2018 e 2019;
- 10) Este termo deverá ser assinado em duas vias com o mesmo conteúdo e valor;
- 11) A investigação está de acordo com Conselho Nacional de Saúde e CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa). Diante do que foi exposto, solicito que você participe da pesquisa “TORNAR-SE PESSOA MORAL POR MEIO DA VIVÊNCIA DE VIRTUDES: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO” assinando este termo.

Rio de Janeiro, __, _____ de.

Assinatura

E-mail para contato

Anexo 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Responsável pela execução da pesquisa: Professora Doutora Maria Judith Sucupira da Costa Lins da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Título do Projeto: **“TORNAR-SE PESSOA MORAL POR MEIO DA VIVÊNCIA DE VIRTUDES: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO”**
Informações ao participante e ao responsável:

I - Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que tem como objetivo observar alguns pontos:

- 1) O comportamento ético dos alunos do Ensino Médio, no cotidiano;
- 2) A prática das virtudes morais no desenvolvimento do caráter na adolescência;
- 3) O posicionamento dos alunos frente as situações éticas.

II – Esta pesquisa tem como benefício para a comunidade interna e externa, contribuir para a formação dos alunos do Ensino Médio que vivenciarão a prática das virtudes em suas vidas.

III - Ao assinar este termo de consentimento, confirmo que estou ciente de que:

- 1) Trata-se de um estudo de risco mínimo, isto é, o mesmo risco que têm atividades rotineiras como conversar, brincar, etc., portanto, não há riscos que possam comprometer a integridade e/ou fatores cognitivos ou psicológicos dos participantes da investigação. No entanto, caso percebamos algum indício de risco, imediatamente comunicaremos os responsáveis para devidas providências;
- 2) A participação será voluntária e não remunerada;
- 3) As informações obtidas serão tratadas sob absoluto sigilo e anonimato e, fielmente, relatadas pela pesquisadora;
- 4) Qualquer um dos participantes estará livre para interromper, a qualquer momento, a participação no estudo, não sofrendo qualquer tipo de sanção ou prejuízo em consequência do ato da desistência. Você poderá recusar a responder qualquer pergunta que por ventura lhe cause algum constrangimento ou recusar que seu filho (a) participe ou que os trabalhos dele não sejam utilizados como parte na referida pesquisa ou, até mesmo, que seu filho não seja fotografado ao realizar as atividades. A sua participação como voluntário (a) e a do seu filho (a), pelo qual você é responsável, não ganhará nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza;
- 5) A pesquisadora coordenadora estará disponível para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários quanto ao assunto abordado, durante a realização da pesquisa;
- 6) A pesquisadora, caso seja solicitada, passará quaisquer informações necessárias para a decisão consciente acerca da participação ou não, no referido estudo;
- 7) A pesquisadora se compromete a repassar, individualmente, os resultados da pesquisa no seu encerramento, caso seja de interesse do participante e/ou responsáveis;
- 8) Os resultados individuais não serão divulgados. Já no caso dos resultados gerais, poderão ser publicados em anais e/ou revistas científicas, garantindo o anonimato de todos os participantes;
- 9) A pesquisa contará com a participação dos professores das diferentes disciplinas da turma do 1º ano do Ensino Médio de 2017 e com a mesma turma em 2018 e 2019;
- 10) Este termo deverá ser assinado em duas vias de igual teor;
- 11) A investigação está de acordo com Conselho Nacional de Saúde e CONEP (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa).

Eu, _____, possuidor da identidade n° _____, expedida pelo _____, responsável por _____, declaro que autorizo a minha e a participação de meu filho (a) na pesquisa intitulada **“TORNAR-SE PESSOA MORAL POR MEIO DA VIVÊNCIA DE VIRTUDES: UM ESTUDO COM ADOLESCENTES DO ENSINO MÉDIO”**. Autorizo meu filho (a) e seus respectivos trabalhos (atividades) a serem fotografados e utilizados na pesquisa.

Rio de Janeiro, __, _____ de.

Assinatura

E-mail para contato

Anexo 3

ENTREVISTA

- 1) Endereço de onde mora:
- 2) Com quem moradora:
- 3) Têm irmãos? Quantos?
- 4) Qual a escolaridade de seu pai?
- 5) Qual a profissão de seu pai?
- 6) Qual a escolaridade da sua mãe?
- 7) Qual a profissão de sua mãe?
- 8) Você tem alguma religião?
- 9) Qual a sua forma preferida de se divertir?
- 10) O que você pretende fazer depois do Ensino Médio?
- 11) O que mais gosta na sua escola?
- 12) O que você menos gosta na sua escola?
- 13) O que você mais gosta na sua família?
- 14) O que você menos gosta na sua família?
- 15) O que você mais gosta na sociedade?
- 16) O que você menos na sociedade?
- 17) O que é amizade?
- 18) O que é justiça?
- 19) O que é perseverança?

Anexo 4

QUESTIONÁRIO FINAL

- 1-O que você entende agora por amizade? Dê um exemplo de sua vida pessoal.
- 2-O que você entende agora por justiça? Dê um exemplo de sua vida pessoal.
- 3-O que você entende agora por perseverança? Dê um exemplo de sua vida pessoal.
- 4-Se alguém lhe perguntar o que é uma pessoa moral, o que você responde?
- 5-Escreva 6 qualidades que caracterizam uma pessoa moral.
- 6-Quantas pessoas você conhece que você pode chamar de “pessoa moral”?
- 7-Quem são?
- 8-Por quê?
- 9-Você se considera uma pessoa moral?
- 10-Você acha que é visto (a) como uma personalidade moral?

Por favor responda na ordem numérica: